

MERCADOS

Bolsa vai pela 1ª vez aos 195 mil pontos, em 15º recorde no ano

LUÍS EDUARDO LEAL
E MARIA REGINA SILVA/AE

A expectativa de que Israel venha a interromper também a ofensiva no Líbano, reforçando o cessar-fogo de Estados Unidos com o Irã, deu fôlego aos ativos globais ao longo da tarde, mantendo a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) pelo segundo dia em renovação de recorde, tanto no intradia como no fechamento, em ambos os casos pela primeira vez, ontem, na casa dos 195 mil pontos. Saindo de mínima na abertura aos 192.206,22 pontos, o índice da B3 tocou máxima na sessão aos 195.513,91 pontos e encerrou ainda em alta de 1,52%, aos 195.129,25 pontos, no campo positivo pela oitava sessão e em recorde de fechamento pela 15ª vez no ano.

No agregado das seis primeiras sessões de abril, avança 4,09% no mês, colocando o ganho do ano a 21,1%. Na semana, a alta é de 3,76%. O giro financeiro ontem se manteve reforçado como na quarta-feira, nesta quinta a R\$ 37,2 bilhões.

Em Nova York, os três índices de referência para ações também operaram em alta, mas com variações menos expressivas do que a vista na B3 - no fechamento, Dow Jones +0,58%, S&P 500 +0,62%, Nasdaq +0,83%. Tanto os rendimentos dos Treasuries como a curva do DI cederam terreno na sessão, assim como o dólar frente ao real, cotado a R\$ 5,0634 no fechamento do câmbio, em baixa de 0,77%, com mínima do dia a R\$ 5,0588. O petróleo, por sua

vez, após a forte queda de dois dígitos no dia anterior, teve recuperação parcial em Londres e Nova York ontem.

Na B3, com os investidores mais inclinados a pensar que uma trégua tende a se consolidar, abrindo caminho para alguma paz, a recuperação das ações de primeira linha foi generalizada, à exceção, no fechamento, de Vale ON, em baixa de 1,05%. Entre os maiores bancos, os ganhos do dia chegaram a 1,71% em Itaú PN, principal papel do setor, e a 1,81% em Santander Unit. E Petrobras, que na quarta havia destoado das demais blue chips, ontem acompanhou a recuperação do petróleo, com a ON em alta de 2,93% e a PN, de 2,77%, acentuando ganhos perto do fechamento.

Na ponta vencedora do Ibovespa (Índice Bovespa), Usiminas (+6,08%), Auren (+5,06%) e C&A (também +5,06%). No lado oposto, Totvs (-3,2%), MBRF (-2,83%) e Natura (-1,45%).

DÓLAR

O dólar aprofundou o ritmo de queda ao longo da tarde, alinhado ao comportamento da moeda norte-americana no exterior, e encerrou a sessão de ontem no menor nível em exatos dois anos. Com mínima de R\$ 5,0588, o dólar à vista terminou em baixa de 0,77%, a R\$ 5,0634 - menor valor desde 9 de abril de 2024.

Depois de alta de 0,87% em março, a divisa já recua 2,22% nos primeiros seis pregões de abril. No ano, a moeda americana acumula agora desvalorização de 7,75% em relação ao real.

ABRACICLO

Produção de motos tem 2º melhor trimestre da história

ELAINE PATRICIA CRUZ/ABRASIL

As fabricantes de motocicletas instaladas no Polo Industrial de Manaus produziram 561.448 unidades de motocicletas no primeiro trimestre deste ano. Isso representa uma alta de 12,1% em relação ao mesmo período do ano passado e o segundo melhor resultado da história, apontou ontem a Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetes, Bicicletas e Similares (Abraciclo), que está completando 50 anos de existência em 2026.

No ranking do primeiro trimestre, os modelos de baixa cilindrada ficaram em primeiro lugar, com 435.731 unidades produzidas, o que representou 77,6% do volume total. Em segundo lugar, ficaram as motocicletas de média cilindrada, com 110.405 unidades (19,7%), seguidas pelas de alta cilindrada, que somaram 15.312 unidades (2,7%).

Só no mês de março foram produzidas 212.716 unidades, um avanço de 34,5% em comparação a março do ano passado e de 29,6% ante fevereiro. Segundo a Abraciclo, esse volume de produção é um recorde histórico para o mês de março.

“O resultado do primeiro trimestre foi extremamente positivo, com o melhor março histórico de produção”, comemorou o presidente da Abraciclo, Marcos Bento (foto). O Brasil é atualmente o sexto maior produtor de motocicletas do mundo.

VAREJO

O mercado de motocicletas também foi bastante positivo



DIVULGAÇÃO

em relação às vendas, registrando volumes recordes de licenciamentos tanto no acumulado do primeiro trimestre quanto no mês de março. Entre janeiro e março deste ano, as vendas no varejo totalizaram 571.728 unidades, resultado 20,6% superior ao mesmo período de 2025. Considerando-se apenas o mês de março, foram licenciadas 221.618 unidades, crescimento de 33,5% em relação a março de 2025 e de 29,2% ante fevereiro.

“As vendas continuam consistentes, principalmente pelos atributos da motocicleta como economia, mobilidade urbana, menor custo de aquisição e uso profissional”, disse o presidente da associação, durante entrevista coletiva concedida hoje.

Apesar disso, ele diz que o se-

tor se mantém alerta por possíveis reflexos provocados pela guerra no Oriente Médio. “Existe uma preocupação quanto aos conflitos globais. Isso está impactando no preço do petróleo e de seus derivados, o que pressiona a inflação e provocou uma leve queda na taxa da Selic. Esse cenário macroeconômico gera um pouco de preocupação no segmento”, falou Bento.

EXPORTAÇÕES

As exportações de motocicletas produzidas no Polo Industrial de Manaus cresceram 18,6% no primeiro trimestre deste ano, totalizando 11.441 unidades.

“Houve crescimento novamente para a América do Sul, com o primeiro lugar liderado pela Argentina, provocada pela

recuperação da economia”, falou o presidente da entidade.

No mês de março foram exportadas 4.606 unidades, volume 13,9% superior ao registrado no mesmo mês do ano passado e 29,1% maior na comparação com janeiro.

PROJEÇÕES PARA 2026

Para este ano, a Abraciclo projeta um crescimento de 4,5% na produção de motocicletas, com 2.070.000 unidades fabricadas. A previsão também é crescimento no licenciamento, com 2.300.000 vendas, representando aumento de 4,6% em relação ao ano passado.

Quanto às exportações, a projeção da entidade indica crescimento em torno de 4,4% para este ano, com 45.000 unidades embarcadas.

PROJEÇÃO

Mesmo com guerra, Ipea prevê crescimento de 1,8% do PIB em 2026

GILBERTO COSTA/ABRASIL

A economia brasileira vai crescer 1,8% neste ano. A previsão é do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), órgão ligado ao Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO).

A previsão positiva da taxa do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos no país) não ignora a guerra iniciada em 28 de fevereiro pelos Estados Unidos e por Israel contra o Irã, em consequência das incertezas provocadas e o decorrente aumento do preço internacional do petróleo.

Mesmo admitindo que “o mundo se encontra no momento de maior tensão geopolítica desde o fim da Guerra Fria [1947-1991]”, o Ipea vê “motivos para moderado otimismo”, conforme assinala a Carta de Conjuntura nº 70 publicada ontem.

“A elevada incerteza no cenário externo contrasta, entretanto, com a relativa rigidez de algumas dinâmicas que vêm caracterizando a economia brasileira há alguns anos - notadamente, o crescimento rápido e contínuo da renda dis-

ponível das famílias e do volume de crédito disponibilizado pelo sistema financeiro nacional”, pondera o estudo.

No Brasil, o consumo das famílias, influenciado pelo aumento real do salário mínimo, é “um dos maiores motores da economia”, conforme descreve o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), responsável pelo cálculo do PIB, e também ligado ao MPO.

O mencionado “crédito disponibilizado” pode viabilizar investimentos privados, outro fator de crescimento do PIB.

Além do consumo e dos investimentos, a conta do crescimento do PIB considera as despesas do Estado e o saldo entre exportações e importações.

GASTO E RECEITA

Segundo o Ipea, o Estado seguirá a política do novo arcabouço fiscal “caracterizada pela combinação de elevação dos gastos públicos de natureza social e crescimento das receitas públicas, decorrências diretas, no caso dos gastos, da política de valorização do salário mínimo e da reindexação dos gastos com saúde à receita corrente líquida da União.”

BANCO CENTRAL

Poupança tem retirada líquida de R\$ 11,1 bilhões em março

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

O saldo da aplicação na caderneta de poupança caiu em março deste ano, com registro de mais saques do que depósitos. As saídas superaram as entradas em R\$ 11,1 bilhões, de acordo com relatório divulgado ontem pelo Banco Central (BC).

No mês passado, foram aplicados R\$ 369,6 bilhões, contra saques da ordem de R\$ 380,7 bilhões. Os rendimentos creditados nas contas de poupança somaram R\$ 6,3 bilhões. O saldo da poupança é de quase R\$ 1 trilhão.

Nos últimos anos, a caderneta

vem registrando mais saques que depósitos. Em 2023 e 2024, as retiradas líquidas foram R\$ 87,8 bilhões e R\$ 15,5 bilhões, respectivamente. No ano passado, o saldo negativo da poupança chegou a R\$ 85,6 bilhões.

No primeiro trimestre deste ano, a caderneta já acumula R\$ 41,2 bilhões em retiradas líquidas. Entre as razões para os saques está a manutenção da Selic - taxa básica de juros - em alta, o que estimula a aplicação em investimentos com melhor desempenho.

Na última reunião, no mês passado, o Comitê de Política Mo-

netária (Copom) do BC começou a reduzir a Selic, com um corte de 0,25 ponto percentual ao ano. Entretanto, com as tensões causadas pela guerra no Oriente Médio, a autoridade monetária não descartou o ciclo de baixa, caso seja necessário.

A Selic é o principal instrumento do BC para garantir que a meta de 3% para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), referência oficial da inflação no país, seja alcançada. Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, a finalidade é conter a demanda aquecida e isso causa reflexos nos preços

porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

Em fevereiro, a alta dos preços em transportes e educação fez a inflação oficial do mês fechar em 0,7% - aceleração diante do registrado em janeiro (0,33%). No entanto, o IPCA acumulado em 12 meses recuou para 3,81%, abaixo dos 4% pela primeira vez desde maio de 2024.

A inflação de março, já com os possíveis impactos da guerra no Oriente Médio, será divulgada nesta sexta-feira (10) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

FERROVIA

Supremo adia novamente julgamento sobre Ferrogrão

MARIANA RIBAS/AE

O Supremo Tribunal Federal (STF) adiou novamente a retomada do julgamento sobre a constitucionalidade da norma que alterou os limites do Parque Nacional do Jamanxim (PA) para compor-

tar os trilhos da Ferrogrão. Até o momento, o placar está em 2 a 0 para liberar o projeto.

O tema não chegou a ser retomado porque o primeiro julgamento da pauta se estendeu até o fim da sessão. Nele, os ministros analisaram as ações que dis-

cutem se as eleições para o “mandato-tampão” de governador e vice-governador do Estado do Rio de Janeiro devem ser diretas ou indiretas.

No caso da Ferrogrão, a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6553 foi ajuizada pelo Parti-

do Socialismo e Liberdade (PSOL) e questiona a Lei 13.452/2017, que destinou 862 hectares do parque para viabilizar o projeto, que visa ligar Sinop (MT) e Mirritituba (PA).

Para a sigla, a norma viola os princípios da reserva legal e ofende a Constituição Federal, que não permite a supressão de áreas protegidas por Medida Provisória, como é o caso da origem da lei.

O julgamento discute a desafetação da área protegida e começou em outubro do ano passado, mas foi suspenso por um pedido de vista do ministro Flávio Dino.

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899**Administração - Redação**

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS

ACESSE NOSSO SITE

PRESSÃO DE LULA

Petrobras devolverá diferença de preço de leilão de gás

RAFAEL CARDOSO/ABRASIL

A Petrobras devolverá aos clientes os valores pagos a mais no leilão de gás ocorrido no dia 31 de março. O produto chegou a ser vendido com preços até 100% maiores que os cobrados na tabela da estatal.

A estatal informou que arcará com a diferença entre o Preço de Paridade de Importação (PPI), divulgado pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) para o período de 23 a 27 de março, e os lances arrematados pelos distribuidores que participaram do leilão.

Em anúncio na quarta-feira, a petrolífera disse que executará a "neutralização dos efeitos de preço decorrentes do leilão de

gás liquefeito de petróleo (GLP)".

"A decisão é sustentada por análises econômicas e de risco, leva em conta a excepcionalidade do contexto mercadológico atual, decorrente do conflito no Oriente Médio. Considera também as manifestações de órgãos de controle e regulatórios, tais como ANP e Secretaria Nacional do Consumidor."

A companhia garantiu também a entrega da totalidade dos volumes contratados no leilão e informou que está em análise a adesão formal ao programa de subvenção governamental ao GLP importado, instituído pela Medida Provisória nº 1.349. Caso isso ocorra, também devolverá aos clientes "os valores suportados pela subvenção".

tados pela subvenção".

No dia 2 de abril, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que iria anular o processo por ter sido feito "contra a vontade da direção da Petrobras".

No mesmo dia, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), órgão regulador do setor e vinculado ao Ministério de Minas e Energia (MME), fiscalizou refinarias da Petrobras para apurar "suspeitas de prática de preços com ágios elevados" no leilão de gás de cozinha.

Quatro dias depois, a Petrobras destituiu do cargo o diretor executivo de Logística, Comercialização e Mercados, Claudio Romeo Schlosser, que era responsável pela área da empresa

que promoveu o leilão.

ALTA NOS PREÇOS

Apesar de ser conhecido como gás de cozinha, o GLP também é usado como combustível por indústrias.

O leilão foi feito em cenário de crescimento do preço do petróleo e de derivados no mercado internacional por causa da guerra entre Estados Unidos e Irã, que impactou a cadeia produtiva da matéria-prima.

Ao mesmo tempo, o governo estudava meios para suavizar os efeitos da alta do petróleo e derivados. Nesse sentido, foi anunciado um conjunto de medidas que incluem zeragem de impostos e subsídios para o diesel e gás de cozinha.

ENDIVIDAMENTO

Governo quer liberar R\$ 7 bi do FGTS de 10 milhões de trabalhadores

DANIELLE BRANT/AE

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, afirmou ontem, que o governo quer liberar R\$ 7 bilhões do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) de 10 milhões de trabalhadores que tinham o valor retido por terem aderido ao saque-aniversário. A medida deve ajudar a conter o endividamento no país, uma das preocupações do governo em ano eleitoral.

Em entrevista no programa Alô Alô Brasil, apresentado por José Luiz Datena, Marinho citou as duas medidas provisórias assinadas pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para liberar o valor retido do fundo para quem tinha sido demitido e estava com restrição de saque por conta da lei do saque-aniversário.

"Liberamos no primeiro semestre R\$ 12 bilhões para 12 milhões de trabalhadores

e, no final do ano, liberamos R\$ 8 bilhões e meio para 14 milhões de trabalhadores", disse Marinho. "A Caixa (Econômica Federal), no meu entendimento, cometeu um erro aqui porque ela não liberou a totalidade desses recursos", afirmou.

E complementou: "Tem um resíduo de R\$ 7 bilhões que nós estamos trabalhando e propondo que libere agora. Estamos apurando exatamente a quantidade de trabalhadores e trabalhadoras que vão receber o que é direito legítimo deles, mas acreditamos que é em torno de 10 milhões."

Na entrevista, Marinho citou o processo grande de endividamento de parte da população. "Nós estamos trabalhando essa lógica de buscar criar condições de redução desse endividamento", disse. "Criar condições efetivas para que os trabalhadores possam voltar à sua vida normal."

GUERRA NO ORIENTE

Porto de Santos prioriza desembarque de embarcações com combustíveis

GUILHERME JERONYMO/ABRASIL

A Autoridade Portuária de Santos (APS) informou que vai priorizar o trânsito de navios de combustível, a fim de diminuir o impacto da crise energética causada pela guerra entre Estados Unidos e Irã. A medida é consequência do parecer da Agência Nacional de Petróleo (ANP), que indicou risco

de desabastecimento no estado de São Paulo.

A primeira operação nessas condições foi concluída no último dia 30 de março, quando o navio MH Ibuki recebeu prioridade e desembarcou 17.974 toneladas de Gasolina tipo A, o equivalente a 600 caminhões-tanque, no Terminal da Graneis Líquidos da Alamoia (Tegla), em Santos.

A embarcação japonesa, que opera sob bandeira panamenha, atua no transporte de combustível da Refinaria de Mataripe (REFMAT), através do polo Terminal de Madre de Deus (Temadre).

As prioridades de atracação ocorrem por norma específica, quando há emergências, como tripulantes acidentados e avarias que exijam reparos imediatos, ou dis-

cricionariadas, quando o agente público pode escolher a alternativa mais conveniente ao interesse da sociedade, causa da decisão mais recente.

Segundo o Ministério de Portos e Aeroportos, a mesma lógica foi aplicada recentemente no trânsito de doações para o Rio Grande do Sul, durante o enfrentamento às enchentes de 2024.

Tangará Energia S.A.

CNPJ/MF nº 03.573.381/0001-96 – NIRE 33.300.325.131

Aviso de Extravio de Livro Societário

A Tangará Energia S.A. inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.573.381/0001-96, com sede na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, 4º andar, sala 403, Worldwide Offices, Jacarepaguá, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 22.775-028, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJ") sob o NIRE: 33.3.0032513-1, comunica aos Acionistas, credores, terceiros interessados, enfim ao mercado em geral, para os devidos fins, o extravio do Livro de Presença dos Acionistas nº 01, do período de escrituração de 26/11/1999 até 15/05/2015.

CEL PARTICIPAÇÕES S/A - CELPAR

CNPJ nº 02.201.787/0001-85

Assembleia Geral Ordinária - Convocação - Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no dia 30 de abril de 2026 em sua sede social à Rua Maria Angélica, 310, parte - Jardim Botânico - Rio de Janeiro - RJ, às 15:00 horas, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Aprovação das Demonstrações Contábeis do exercício social encerrado em 31/12/2025; b) Deliberação sobre o Resultado do Exercício; c) Assuntos Gerais. Rio de Janeiro, 06 de abril de 2026. A Administração.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O SINDEERH-RJ - Sindicato dos Empregados nas Empresas de Recursos Humanos, Recrutamento, Seleção de Pessoal e Trabalho Temporário no Município do Rio de Janeiro, com sede na Avenida Rio Branco nº 156, 32º andar, sala 3229, Edifício Central, Centro/RJ, inscrito no CNPJ sob o nº 17.382.538/0001-00, por seu Presidente, Sr. Lindenberg Barbosa da Silva, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca todos os empregados da empresa Parceria Serviços Temporários Limitada, CNPJ nº 01.253.339/0001-62, filiados e não filiados, lotados no município que integra sua base territorial, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada de forma presencial e online (plataformas Meet e Teams, conforme divulgação pelo sindicato e empresa), no dia 16 de abril de 2026, às 14h, em primeira convocação. Não havendo quórum no horário acima previsto, a Assembleia será instalada às 14h30, em segunda e última convocação, com qualquer número de presentes, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Autorização para Acordo Coletivo de Trabalho com vigência 2026/2027; b) reajuste salarial; c) contribuição assistencial e oposição; d) manutenção de benefícios; e) Assuntos gerais.

EÓLICA MANGUE SECO 3 - GERADORA E COMERCIALIZADORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ nº 11.643.567/0001-00 - NIRE 33.3.0034031-9

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2026

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada em 24 de março de 2026, às 14:00 horas, na sede da Eólica Mangue Seco 3 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. **2. MESA:** Sra. Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca como Presidente e Bruno Miguel Sieiro Ferreira como Secretário. **3. PRESEÇA:** Acionista representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia, conforme assinatura constante no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **4. CONVOCAÇÃO:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do art. 124, §4º da Lei nº 6.404/76, em virtude da presença da acionista representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia. **5. ORDEM DO DIA:** 5.1. Em Assembleia Geral Ordinária: (i) Exame, discussão e aprovação das contas da administração, do balanço patrimonial, das demonstrações financeiras, do parecer dos auditores independentes e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, conforme publicado no Jornal Diário do Acionista, edição digital de 21, 22 e 23 de março de 2026 e impressa de 21, 22 e 23 de março de 2026, páginas 13 e 14. (ii) Destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. **5.2.** Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) Aprovação da reversão de R\$ 5.415.505,19 (cinco milhões quatrocentos e quinze mil quinhentos e cinco reais e dezesseze centavos) da reserva de retenção de lucros, para fins de distribuição de dividendos ao acionista a serem pagos até dia 31/12/2026. **6. DELIBERAÇÕES:** Após discutir e analisar os temas propostos na ordem do dia e documentos correlatos, o acionista, sem quaisquer restrições, deliberou: **6.1.** Em Assembleia Geral Ordinária: (i) Aprovar as contas da Administração, o balanço patrimonial, as demonstrações financeiras, o parecer dos auditores independentes e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, constantes do Anexo I desta ata. (ii) Tendo a Companhia apresentado lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 no montante de R\$ 9.412.645,19 (nove milhões quatrocentos e doze mil seiscentos e quarenta e cinco reais e dezesseze centavos), aprovar a destinação (a) de R\$ 1.811.936,15 (um milhão oitocentos e onze mil novecentos e trinta e seis reais e quinze centavos) para a compensação do saldo remanescente do prejuízo registrado na conta de prejuízos acumulados referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (b) R\$ 380.035,45 (trezentos e oitenta mil trinta e cinco reais e quarenta e cinco centavos) à reserva legal, conforme o disposto no art. 193 da Lei nº 6.404/76 e no parágrafo 3º do artigo Décimo Sétimo do Estatuto da Companhia; (c) R\$ 1.805.168,40 (um milhão oitocentos e cinco mil cento e sessenta e oito reais e quarenta centavos) à distribuição de dividendos mínimos obrigatórios ao acionista, consoante disposto no parágrafo 3º do artigo Décimo Sétimo do Estatuto da Companhia, serem pagos até dia 31/12/2026 e (c) R\$ 5.415.505,19 (cinco milhões quatrocentos e quinze mil quinhentos e cinco reais e dezesseze centavos) à constituição da reserva de retenção de lucros. **6.2.** Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) Aprovar a reversão de R\$ 5.415.505,19 (cinco milhões quatrocentos e quinze mil quinhentos e cinco reais e dezesseze centavos) da reserva de retenção de lucros, para fins de distribuição de dividendos ao acionista a serem pagos até dia 31/12/2026. Findas as deliberações, fica a administração da Companhia autorizada a praticar todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações desta Assembleia, incluindo os registros públicos e societários e as correspondentes anotações nos livros sociais. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo ante a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois da lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. **8. ASSINATURAS:** Mesa: Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca (Presidente) e Bruno Miguel Sieiro Ferreira (Secretário). Acionista: V2I Energia S.A., neste ato representada por seus representantes legais. A presente é cópia fiel do original lavrado em livro. **Ana Paula Pousa Bacalchuc de Salles Fonseca - Presidente da Mesa, Bruno Miguel Sieiro Ferreira - Secretário.** JUCERJA: Certifico o arquivamento em 09/04/2026 sob o nº 00007703801, Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

LICEU FRANCO BRASILEIRO S.A.

CNPJ nº 33.547.449/0001-23

Assembleia Geral Ordinária - Convocação - Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no dia 30 de abril de 2026 em sua sede social à Rua das Laranjeiras, 5/11/13/15, Laranjeiras - Rio de Janeiro - RJ, às 10:00 horas, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Aprovação das Demonstrações Contábeis do exercício social encerrado em 31/12/2025; b) Deliberação sobre o Resultado do Exercício; e c) Assuntos Gerais. Rio de Janeiro, 06 de abril de 2026. A Administração.

OPPORTUNITY EQUITY PARTNERS ADMINISTRADORA DE RECURSOS LTDA.

CNPJ/MF: 01.761.273/0001-11

CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO DE SÓCIOS

Ficam os senhores Sócios da Opportunity Equity Partners Administradora de Recursos Ltda. ("Sociedade") convocados para reunirem-se em Reunião de Sócios a realizar-se no dia 30 de abril de 2026, às 13:25h, na sede social da Sociedade, localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, nº 231, 28º andar (parte), Centro, para deliberar sobre a tomada de contas dos administradores e do balanço patrimonial e resultado econômico da Sociedade referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Rio de Janeiro, 09 de abril de 2026.

MARIA AMÁLIA DELFIM DE MELO COUTRIM
Administradora da Sociedade

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O SINDEERH-RJ - Sindicato dos Empregados nas Empresas de Recursos Humanos, Recrutamento, Seleção de Pessoal e Trabalho Temporário no Município do Rio de Janeiro, com sede na Avenida Rio Branco nº 156, 32º andar, sala 3229, Edifício Central, Centro/RJ, inscrito no CNPJ sob o nº 17.382.538/0001-00, por seu Presidente, Sr. Lindenberg Barbosa da Silva, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca todos os empregados das empresas V2T Serviços Combinados e Soluções Ltda, CNPJ Nº 34.654.415/0001-09, e V2T Soluções em Serviços Ltda, CNPJ nº 29.450.851/0001-18, filiados e não filiados, lotados no município que integra sua base territorial, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada de forma presencial e online (plataformas Meet e Teams, conforme divulgação pelo sindicato e empresa), no dia 16 de abril de 2026, às 11h, em primeira convocação. Não havendo quórum no horário acima previsto, a Assembleia será instalada às 11h30, em segunda e última convocação, com qualquer número de presentes, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Autorização para Acordo Coletivo de Trabalho com vigência 2026/2028; b) reajuste salarial; c) contribuição assistencial e oposição; d) manutenção de benefícios; e) Assuntos gerais.

COOPATUR - COOPERATIVA DE TRABALHO DOS MOTORISTAS AUTÔNOMOS DE TÁXI E TURISMO DO RIO DE JANEIRO LTDA.

CNPJ 28.789.584/0001-45 - NIRE 33.4.0000078-1

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente da COOPATUR, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca os 34 (trinta e quatro) cooperados, no gozo de seus direitos sociais, para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária que será realizada na sede da Coopatur Rádio Táxi, na Rua Guilherme Frota, 167 - Bonsucesso - RJ, nesta Cidade no dia 24/04/2026 (sexta-feira), com 1ª convocação às 09hs com a presença mínima de 2/3 dos cooperados; 2ª chamada às 10hs com a presença mínima de metade + 1 dos cooperados e em 3ª e última convocação às 11hs com a presença mínima de 10 cooperados, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **I - JUSTIFICATIVA DA NÃO REALIZAÇÃO DA AGO; II - PRESTAÇÃO DE CONTAS 2025; III - ELEIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO; IV - ELEIÇÃO DO CONSELHO DE FISCAL; V - INCLUSÃO DE CAMISA GOLA POLO NO UNIFORME; VI - INCLUSÃO DE COR BLUSA PRETA; XV - ASSUNTOS GERAIS;** Rio de Janeiro, 10 de Abril de 2026. **Filipe Rosa Alves - Diretor Presidente.**

MOVIC INVESTMENT COMPANY S.A.

CNPJ: 14.287.378/0001-22 - NIRE: 33.3.0029958-1

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam os senhores acionistas da Companhia convocados, na forma do Estatuto Social da Companhia, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a realizar-se no dia 30 de abril de 2026, às 09:25 horas, na sede social da Companhia, localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Antônio Carlos, nº 51, 10º andar (parte), Centro, para (a) em Assembleia Geral Ordinária: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; e (ii) deliberar sobre a proposta da administração para a destinação do resultado apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, e b) em Assembleia Geral Extraordinária: (i) fixar o montante global da remuneração dos diretores da Companhia para o exercício social de 2026. Os acionistas que desejarem ser representados por procurador deverão observar o disposto no art. 126, §1º da Lei nº 6.404/76, bem como depositar os respectivos instrumentos de mandato na sede social Companhia em até 2 dias úteis antecedentes à data de realização da Assembleia. Rio de Janeiro, 8 de abril de 2026. Norberto Aguiar Tomaz. Diretor Presidente.

PROSPERITATE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.

CNPJ Nº 21.587.321/0001-04 - NIRE 33.3.0031409-1

CONVOCAÇÃO: Ficam convidados os senhores Acionistas da PROSPERITATE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A. a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária que ocorrerá no dia 20 de abril de 2026, às 8:30 horas, em primeira convocação, havendo quórum, ou às 9:00 horas, em segunda convocação, com qualquer número de pessoas presentes. A assembleia ocorrerá em formato virtual, por meio da Plataforma Zoom Workplace, sendo o link de acesso encaminhado previamente por e-mail aos acionistas, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte pauta: (i) aprovar as contas dos administradores, o relatório da administração, as demonstrações financeiras e correspondentes notas explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (ii) eleger os novos membros da Diretoria e do Conselho de Administração. Rio de Janeiro, 10 de abril de 2026. **VITORINO LUIS DOMENECH RODRIGUEZ - PRESIDENTE - Membro do Conselho de Administração**

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.012/2026

A Pregoeira Jerusa Ferreira Dias convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº 90.012/2026 no dia 27/04/2026 às 11h00min. - Objeto: **Aquisição Medicamentos (PREDNISONA 20MG COMPRIMIDO; RACECADOTRILA 100 MG CÁPSULA; SACUBITRIL + VALSARTANA 50 MG COMPRIMIDO e etc)** Processo nº. 33409.012001/2025-20. O Pregão será realizado no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

LIGAFUTEBOL S.A.

CNPJ: 02.217.325/0001-56 - NIRE: 33.3.0016630-1

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam os senhores acionistas da Companhia convocados, na forma do Estatuto Social da Companhia, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a realizar-se no dia 30 de abril de 2026, às 09:10 horas, na sede social da Companhia, localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Antônio Carlos, nº 51, 10º andar (parte), Centro, para (a) em Assembleia Geral Ordinária: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; e (ii) deliberar sobre a proposta da administração para a destinação do resultado apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, e b) em Assembleia Geral Extraordinária: (i) fixar o montante global da remuneração dos diretores da Companhia para o exercício social de 2026. Os acionistas que desejarem ser representados por procurador deverão observar o disposto no art. 126, §1º da Lei nº 6.404/76, bem como depositar os respectivos instrumentos de mandato na sede social Companhia em até 2 dias úteis antecedentes à data de realização da Assembleia. Rio de Janeiro, 8 de abril de 2026. Maria Amalia Delfim de Melo Coutrim. Diretora Presidente.

BETAPART PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 02.762.124/0001-30 - NIRE: 33.3.0026109-5

COMPANHIA ABERTA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam os senhores acionistas da Companhia convocados, na forma do Estatuto Social da Companhia, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a realizar-se no dia 30 de abril de 2026, às 08:30 horas, na sede social da Companhia, localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Antônio Carlos, nº 51, 10º andar (parte), Centro, para: (a) em Assembleia Geral Ordinária: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; (ii) destinar o resultado apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; e (iii) eleger os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, e (b) em Assembleia Geral Extraordinária: (i) fixar o montante global da remuneração dos administradores da Companhia para o exercício social de 2026. Os acionistas que desejarem ser representados por procurador deverão depositar os respectivos instrumentos de mandato na sede social Companhia até 2 dias úteis antecedentes à data de realização da Assembleia, sendo que o acionista residente e domiciliado no exterior que for representado por mandatário deverá comprovar a observância do disposto no art. 119 da Lei nº 6.404/76 e demais disposições legais aplicáveis. Os acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas que desejarem participar da Assembleia deverão apresentar extrato emitido em até 2 dias úteis antecedentes à data de realização da Assembleia, contendo a respectiva posição acionária, fornecida pelo órgão custodiante. Os acionistas poderão também votar através do Boletim de Voto à Distância disponibilizado através do site da B3, seguindo as instruções de preenchimento e envio do mesmo. Rio de Janeiro, 8 de abril de 2026. Maria Amalia Delfim de Melo Coutrim. Presidente do Conselho de Administração.

PARQUE PÚBLICO

Concessionária instala estacionamento privado no Vale do Anhangabaú

A concessionária Viva o Vale, responsável pela administração do Vale do Anhangabaú, instalou um estacionamento privado em local que antes era destinado exclusivamente a pedestres. A ação foi registrada na última quarta-feira, pelo vereador Nabil Bonduki que denunciou a prática nas redes sociais.

Nas imagens, gradis fazem uma contenção em parte do local com uma placa indicando os valores do serviço:

R\$ 20 pela primeira hora, com acréscimo de R\$ 10 a cada hora adicional. O Estádio busca contato com a concessionária, o espaço segue aberto. Ao denunciar a ação, Bonduki classificou o caso co-

mo uma apropriação de espaço público para lucro privado. Segundo ele, o modelo aplicado no Anhangabaú restringe o acesso da população e "distorce completamente a função do espaço público", alertando que casos similares em outras concessões na cidade.

A Secretaria Municipal das Subprefeituras informou que notificou a Viva o Vale por infração contratual, apreendendo gradis, guarda-sóis e demais equipamentos usados no estacionamento. A pasta destacou que a operação foi encerrada imediatamente por não ter as licenças necessárias e por violar cláusulas do contrato de concessão. **(Mais detalhes na página 5)**

AEROPORTO

Em dia de pane, Congonhas comemora 90 anos com festa

DENISE LUNA/AE

Em meio à pane no Aeroporto de Congonhas na manhã de ontem, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) festejava os 90 anos do aeroporto - a serem completados no próximo domingo -, e o financiamento de R\$ 2 bilhões aprovados pelo banco para a administradora Aena, destinados a obras de ampliação, modernização e manutenção de um dos mais estratégicos aeroportos do País.

Segundo fontes que participaram do evento, a pane não chegou a afetar a festa, já que foi rapidamente solucionada.

Em dezembro do ano passado, o banco havia aprovado apoio no valor total de R\$ 4,64 bilhões para a Aena realizar obras em 11 aeroportos do País. O apoio do BNDES incluiu R\$ 4,24 bilhões com a subscrição de debêntures e financiamento via linha Finem de R\$ 400 milhões.

Do valor total, R\$ 2 bilhões foram destinados ao Aeroporto de Congonhas. "O apoio aumentará a capacidade, contraindo com todo o sistema aéreo nacional dado que o aeroporto é um dos principais hubs do País. Em 2025, recebeu mais de 24 milhões de passageiros", informou o BNDES.

As obras incluem a constru-

ção de um novo terminal de passageiros até 2028, com ampliação da área atual, de 45 mil m² para 105 mil m². As melhorias já em andamento incluem ampliação da área de inspeção de segurança, modernização de banheiros, ampliação da área comercial de 10 mil m² para mais de 20 mil m², para lojas e restaurantes, 19 novas pontes de embarque, aumento de 30 para 37 posições de estacionamento e melhor circulação das aeronaves, com 215 mil m² de pátio de manobra.

"Vamos alavancar esses 11 aeroportos com mais de R\$ 9 bilhões de investimentos, mais gente podendo acessar o transporte aeroviário, chegar cedo em casa, produzir mais, ter acesso ao lazer e integrar este País continental", afirmou no evento o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante.

Segundo ele, a área útil de Congonhas será dobrada, com 19 novos fingers (passarelas cobertas). "E pode fazer finger para a Embraer caber, porque agora a Gol vai comprar Embraer, a Latam já está comprando, a Azul compra. O BNDES financiou a exportação de 169 aviões de Embraer para o mundo, é a empresa que mais se valorizou na bolsa, e ela precisa ter espaço aqui em Congonhas também", afirmou Mercadante.

UNIVERSIDADE

Funcionários da USP aprovam greve após criação de bônus

JULIANA DOMINGOS DE LIMA/AE

Os servidores da Universidade de São Paulo (USP) entrarão em greve a partir da próxima terça-feira. O indicativo foi aprovado em assembleia realizada em formato híbrido, no campus Butantã e online, na tarde desta quinta-feira.

A principal motivação da greve é a aprovação da Gratificação por Atividades Complementares Estratégicas (Gace) para professores, ocorrida no fim de março.

A medida do reitor Aluisio Segurado prevê um valor extra de até R\$ 4.500 nos salários de docentes que propuserem novos projetos e tem o objetivo de "reter talentos", principalmente de contratações recentes.

A Gace será mensal, durará dois anos e somente poderá ser pleiteada por professores que trabalham em tempo integral na USP, que representam mais de 80% do total.

O salário inicial de um professor doutor em dedicação exclusiva na universidade é de R\$ 16,3 mil - o adicional representaria 27% desse total. A estimativa de gastos é de R\$ 238,44 milhões por ano, caso os cerca



USP/DIVULGAÇÃO

de 5 mil docentes inscrevam projetos.

Uma paralisação já havia sido realizada em 31 de março, quando a proposta foi votada no Conselho Universitário.

Para os funcionários, a gratificação exclusiva aos professores fere a isonomia. Eles propõem que o mesmo montante total destinado aos do-

centes seja dividido entre funcionários, o que resultaria em um reajuste salarial de até R\$ 1.600.

"O professor aqui não trabalha sozinho, os funcionários ficam nos laboratórios, nas aulas. Eles precisam dos trabalhadores para desenvolver suas pesquisas", afirma Solange Conceição Lopes, diretora do Sindicato dos

Trabalhadores da USP. A entidade quer, ainda, a recomposição integral das perdas calculadas pela inflação desde 2012, de 14,5%.

A USP tem mais de 5.300 professores e aproximadamente 12.600 funcionários técnico-administrativos, segundo dados de 2024 divulgados pela própria universidade.

ANEEL

Diretor de agência espera resolver brevemente situação da Enel em SP

LUCIANA COLLET
E GABRIELA DA CUNHA/AE

O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Sandoval Feitosa, disse ontem, que o desejo é que a situação da Enel São Paulo seja resolvida o mais rápido possível, obedecendo o rito.

"As indefinições são ruins para o usuário final, são ruins para as empresas que precisam de previsibilidade dos seus investimentos, precisam aportar e fazer os investimentos necessários para atender o cidadão. Então, na medida em que nós demoramos com esse processo, obviamente, os investidores ficam receosos de fazer os investimentos, em que pese essas obrigações", disse, após participação no evento Fórum de Líderes em Energia, no Rio de Janeiro.

Segundo ele, seria possível um desfecho ainda neste semestre. "Eu espero que sim, apesar de que é um ano muito complexo, em função das eleições", disse. "Vou trabalhar muito para que isso

aconteça, se houver alguma decisão do governo de eventualmente postergar esse assunto, saibam que não há concordância do diretor-geral. Isso impacta diretamente o usuário final, impacta o consumidor e impacta também o trabalho da agência, a institucionalidade da Aneel", afirmou.

Na terça-feira, a diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) decidiu, por unanimidade, instaurar procedimento sobre caducidade do contrato da Enel São Paulo. A concessionária terá 30 dias para manifestação sobre essa pena de extinção do contrato a partir da notificação.

A diretora Agnes da Costa continua como relatora. Ela vai receber os argumentos e, após avaliação, o caso será submetido à votação da diretoria colegiada. Em tese, Agnes pode pedir diligências adicionais durante a sua análise, antes da submissão do voto. O diretor-geral da Aneel salientou que não há prazo para uma deliberação final.

Sandoval Feitosa também co-

mentou sobre a decisão da Justiça que negou pedido da Enel para suspender o processo na Aneel que pode levar à caducidade do contrato. "A distribuidora Enel São Paulo tem que deixar a Aneel trabalhar, nós precisamos trabalhar, nós precisamos concluir a nossa etapa, que não é uma etapa política, é uma etapa técnica, e que cabe, sim, depois um julgamento político, e cabe para as autoridades políticas decidirem", disse, referindo-se ao fato de que o regulador apenas recomenda a caducidade e a decisão final é do Poder Concedente.

SOLUÇÃO NEGOCIADA

O diretor-geral da Aneel também foi questionado sobre uma "solução negociada", citada na quarta-feira pelo ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e citou lei existente que permite que até a declaração formal de caducidade a empresa pode apresentar uma troca de controle.

"Essa solução negociada que foi falada pelo ministro, que eu

também penso que pode ser uma opção, tem que ser estruturada e terá que ser aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica. Não é uma solução política, ela passa por uma eventual análise política, mas a decisão final é da Aneel, porque, segundo a legislação, quem aprova a transferência de controle é a agência", disse.

Sandoval Feitosa citou que a transferência de controle como solução para uma possível caducidade já foi feita em Goiás, em 2022, quando a Enel transferiu a concessão de distribuição para o Grupo Equatorial, e também foi utilizada na Amazonas Energia, do grupo Oliveira para o Grupo Ambar. "Nós temos todo um histórico, além disso também ter acontecido muito no segmento de transmissão, mas, na distribuição, eu tenho dois casos que provam que, sim, uma solução negociada pode ser uma saída para essa situação", disse. Segundo ele, isso poderia envolver flexibilizações regulatórias para a concessão para atender necessidades das partes.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO IMOBILIÁRIOS, EM 3 SÉRIES, DA 33ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 1ª, 2ª e 3ª Séries da 33ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 11 ("Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 1ª, 2ª e 3ª Séries da 33ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Canal Companhia de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 29 de abril de 2026, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRA, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a concessão de waiver, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme Cláusula 7.1, subitem "ii" do "Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Créditos Imobiliários e Outras Avenças." ("Contrato de Cessão de Crédito") em razão do desenhamento do Fundo de Reserva, conforme estipulado na Cláusula 5.9 do Contrato de Cessão de Créditos consoante auração realizada no mês de fevereiro de 2026. (ii) Caso aprovado o item (i) acima, conceder prazo adicional de 2 (dois) Dias Úteis contados da data de realização da Assembleia, para que a Devedora recomponha o Fundo de Reserva; e (iii) Aprovar a concessão de waiver prévio, a fim de não configurar um Vencimento Antecipado Não Automático, conforme previsto na Cláusula 7.1, subitem "i", do Contrato de Cessão de Crédito, em decorrência do possível descumprimento da obrigação não pecuniária de enviar as Demonstrações Financeiras auditadas referente ao encerramento do exercício social de 2025, de acordo com a Cláusula 7.1, item "xviii" do Contrato de Cessão. Fica consignado que a verificação do índice ICSD, prevista na Cláusula 7.1, subitem "xviii", do Contrato de Cessão de Crédito, somente será realizada após o envio das Demonstrações Financeiras acima referidas; (iv) Caso aprovado o item (iii) acima, aprovar a concessão de prazo adicional de 30 (trinta) dias, contados da data de realização da Assembleia, para a Devedora realizar a entrega das demonstrações financeiras auditadas acima referidas; e (v) A autorização para que o Agente Fiduciário e a Emissora pratiquem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias aprovadas acima. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail assembleias@oliveiratrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecurizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI Forgreen 33", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a) quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b) quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c) quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos societários/comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e (e) quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRA, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecurizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 09 de abril de 2026
Alejandro Merino - Diretor de Securitização

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DAS 1ª E 2ª SÉRIES DA 76ª (SEPTUAGÉSIMA SEXTA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª e 2ª Séries da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª (Primeira) e 2ª (Segunda) Séries da 76ª (Septuagésima Sexta) Emissão da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio Devidos por Sempre Agtech LTDA ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 04 de maio de 2026, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRA, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a sustação dos efeitos do Evento de Vencimento Antecipado Automático, previsto na Cláusula 8.1, subitem (ii), das CPR-Fs, em decorrência do descumprimento da obrigação pecuniária referente ao pagamento da PMT de 02 de abril de 2026, conforme Cronograma de Pagamentos constante do Anexo II do Termo de Securitização, ficando desde já consignado que o direcionamento, a forma de regularização e o tratamento aplicável à referida PMT será objeto de deliberação específica pelos investidores, no âmbito desta Assembleia, conforme aplicável; (ii) Caso aprovado a sustação prevista a Ordem do Dia acima, aprovar a alteração do Anexo II - Cronograma de Pagamento da Remuneração e Amortização dos CRA, 1ª e 2ª Séries, do Termo de Securitização, e do Anexo I - Cronograma de Pagamentos da Amortização Ordinária e da Remuneração, das CPR-Fs, que passarão a vigorar conforme Anexo II da Ata de Assembleia e da Proposta do Administrador; e (iii) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail assembleias@oliveiratrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecurizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial - CRA SEMPRE 76", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a) Quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b) Quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c) Quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos societários/comprobatórios dos poderes em assembleia geral; (c) documentos societários/comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d) quando representado por procurador: caso qualquer dos Titulares dos CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRA, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecurizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 10 de abril de 2026.
Alejandro Pontes de Bessa Merino Reyna - Diretor de Securitização

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO EM SÉRIE ÚNICA DA 178ª (CENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA OITAVA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio, em série única, da 178ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, Bairro Jardim Paulista, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o Termo de Securitização, nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia Especial"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 28 de abril de 2026, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail assembleias@oliveiratrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecurizadora.com.br indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial - CRA AGRION, observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a) quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b) quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c) quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos societários/comprobatórios dos poderes em assembleia geral; (c) documentos societários/comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d) quando representado por procurador: caso qualquer dos Titulares dos CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRA, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecurizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 08 de abril de 2026. **Alejandro Merino** - Diretor de Securitização

PARQUE PÚBLICO

Nunes quer encerrar concessão do Vale do Anhangabaú

ADRIANA VICTORINO/AE

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), afirmou ontem, que iniciou o processo de encerramento do contrato com a concessionária Viva o Vale, responsável pela administração do Vale do Anhangabaú.

concessionária instalar um estacionamento privado em local que antes era destinado exclusivamente a pedestres. A ação foi registrada pelo vereador Nabil Bonduki (PT) que denunciou a prática nas redes sociais. Procurada, Viva o Vale não retornou. A reconstrução do espaço, um dos cartões postais da cidade, começou em junho de 2019, duran-

te a gestão Bruno Covas (PSDB). O contrato foi assinado em novembro de 2017, ao valor de R\$ 80 milhões, mas a obra teve diversos adiamentos de contrato e ultrapassou os R\$ 105 milhões. Questionado se teria sido informado sobre a infração através do vereador, Nunes afirmou que tomou conhecimento porque passou ao lado do Vale a ca-

minho da Prefeitura. "No mesmo momento determinei que a fiscalização viesse até o local e fizesse a apreensão tanto ali das grades que eles tinham, do guarda-sol e foi feito isso imediatamente", explicou Nunes alegou que o pedido de caducidade foi feito devido a uma série de infrações cometidas pela empresa, que levou a Prefeitura a

emitir 32 multas que já somam R\$ 15 milhões. Segundo o prefeito, a empresa já foi notificada. O emedebista afirmou que, embora seja uma boa empresa, o "perfil que eles esperavam de negócio para sustentar o investimento deles, tanto com relação à manutenção, à gestão aqui, não foi acertado". Nunes disse discordar dos eventos noturnos rea-

lizados pela concessionária para arrecadar recursos, apesar de não haver proibição em contrato. "No início não estava previsto no início que seria proibido fazer essas atividades, mas eu entendo que isso não é bom pra cidade e, em qualquer situação, é fundamental que a gente possa readequar e realinhar aquilo que é do interesse público.

MPE ENGENHARIA

MPE ENGENHARIA E SERVIÇOS S/A

CNPJ/MF 04.743.858/0001-05

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas, a Administração da MPE - Engenharia e Serviços S.A., submete à apreciação dos senhores acionistas o Relatório da Administração com as demonstrações financeiras da sociedade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Balancos Patrimoniais Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais). Table with columns: Ativo, Circulante, Não Circulante, Nota, 2025, 2024.

Balancos Patrimoniais Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais). Table with columns: Passivo, Circulante, Não Circulante, Nota, 2025, 2024.

Diretoria. Table with names and titles: Luciano Reis da Silva - Diretor Superintendente, Vinicius Leite Correa - Diretor Superintendente, Fábio Montanari da Cunha Pinto - Diretor Operacional, Francisco de Paula Bitencourt - Diretor Operacional, Rodrigo Otávio Lobo da Costa - Diretor Operacional.

Demonstrações de Resultados. Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais). Table with columns: Nota, 2025, 2024.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa. Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais). Table with columns: 2025, 2024.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais). Table with columns: Capital social, Reservas de lucros, Lucros acumulados, Patrimônio líquido.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

1 - Contexto Operacional: A MPE Engenharia e Serviços S.A. ("Companhia"), com origem na cidade do Rio de Janeiro, e sede na Cidade de São Paulo, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 31 de julho de 2001. A Companhia atua em segmentos de infraestrutura, concessões e serviços de engenharia. O objeto social da Companhia abrange a prestação de serviços especializados de engenharia multidisciplinar, com atuação estratégica nos setores de Montagem Industrial, Infraestrutura Social, Energia, Transporte e Mobilidade. Em 2025, a Companhia consolidou sua trajetória de expansão ao atingir o marco de mais de R\$ 1,0 bilhão em receita bruta, refletindo o reaquecimento dos investimentos em infraestrutura e a robustez de seu portfólio de contratos. Desde o último trimestre de 2019, a Companhia opera sob o modelo de Management Buy-Out (MBO), no qual seu corpo executivo detém o controle dos ativos e das operações. Esta estrutura de governança capitaliza mais de 30 anos de acervo técnico e experiência de mercado, assegurando a continuidade operacional e a eficiência na gestão de projetos de alta complexidade técnica e financeira.

do contas a receber da companhia em seus diversos contratos giram em torno de 30 (trinta) dias, e os principais clientes da companhia são entes públicos e companhias de economia mista. 6 - Adiantamento a Terceiros: Referem-se a adiantamentos de recursos efetuados pela companhia a empresa MPE S.A. Participações e Administração cujo a liquidação se dará ao longo do cumprimento da operação de Management Buy-Out (MBO), operação pela qual ocorreu a alienação do controle da companhia. 7 - Créditos por Avaliação Econômica: São créditos originários de diversos contratos de prestação de serviços firmados pela companhia, sob o prazo médio de 5 (cinco) anos, os quais não incidem encargos e que a sua realização está relacionada diretamente a performance operacional da companhia da execução destes contratos, os valores foram dimensionados por empresa de consultoria independente. 8 - Outros Recebíveis

2 - Apresentação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Companhias por Ações, e nas normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Em 2025 e 2024 a Companhia não apresentou resultados abrangentes, motivo pelo qual não está sendo apresentada essa demonstração. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia, e foram arredondadas para milhares de Reais (R\$ 000), exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras foram aprovadas para publicação pela Diretoria em 27 de Março de 2026. As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras em 2025 e 2024 são as seguintes: 3.1 Caixa e equivalentes de caixa: A Companhia classifica como caixa e equivalentes de caixa, os investimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Estes recursos têm conversibilidade imediata para atender a compromissos de caixa de curto prazo. As aplicações financeiras, disponíveis para venda, são demonstradas pelo valor da aplicação acrescido da rentabilidade pro-rata temporis até a data das demonstrações financeiras. São representadas basicamente por operações compromissadas e por CDB (Certificado de Depósito Bancário) com garantia de recompra diária pelo banco emissor e os saldos não excedem o seu valor justo. 3.2 Contas a receber: A conta é constituída pelas notas fiscais emitidas e não recebidas, e dos serviços medidos e não faturados até 31 de dezembro de 2025. A Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, avaliou não haver necessidade de ajuste no registro para créditos de liquidação duvidosa. A referência a provisões corresponde ao valor quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de recuperar os saldos a receber. 3.3 Investimentos: As participações em coligadas e controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, com base em demonstrações financeiras das empresas investidas. Os demais investimentos foram avaliados ao custo de aquisição. 3.4 Imobilizado: Demonstrado ao custo de aquisição corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada dos bens. 3.5 Ativos circulantes e não circulantes: Estão registrados ao custo da aplicação acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço, quando aplicável, que não supera o valor de mercado. Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. 3.6 Apuração do resultado: As receitas de serviços e venda de produtos, e os correspondentes custos e as demais receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência do exercício. A parcela atribuída ao imposto de renda é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10%. A parcela correspondente à contribuição social foi calculada à alíquota de 9%, sobre o lucro líquido excedente ao custo de aquisição, de acordo com a legislação aplicável. 3.7 Estimativas contábeis: A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem os valores de realização, como aplicações financeiras, depreciação de imobilizado, financiamentos, tributos e contribuições, obrigações trabalhistas e outras obrigações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados em função de alterações de fato e de direito antes do encerramento do exercício. A revisão dessas estimativas e premissas periodicamente. 3.8 Passivos circulantes e não circulantes: São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço. 3.9 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro: O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apurados conforme a legislação vigente, em especial a Instrução Normativa nº 21/79 da Secretaria da Receita Federal, aplicável a contratos de longo prazo, tendo alíquotas de 15% de incidência do adicional de 9% sobre o lucro líquido excedente ao custo de aquisição, de acordo com a legislação aplicável. 3.10 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido: Direta e indireta, a menos que haja reconhecimento da receita de vendas definidas na referida instrução, a Companhia optou pelo método de custo incorrido.

4 - Caixa e Equivalentes de Caixa: Representado por recursos disponíveis, a saber: Caixa conta movimento. 5 - Contas a Receber: Os registros contábeis do Contas a Receber da Companhia são efetuados de acordo com o regime de competência dos exercícios, incluindo as medições de serviços a faturar, cujos custos correspondentes já transcorreram até a data do balanço. Os prazos médios de recebimentos

Referem-se, substancialmente, a Adiantamentos a Funcionários e Dividendos a Receber (Circulante) e Depósitos Judiciais (Não circulante). 9 - Investimentos: Os investimentos apresentam a seguinte composição: Participação, Resultado, Patrimônio Equivalência Patrimonial. Table with columns: Participação, Resultado, Patrimônio Equivalência Patrimonial, 2025, 2024.

10 - Intangível: Refere-se ao valor do Laudo de Avaliação Econômica da Certificação Técnica da Companhia, emitido por empresa de consultoria independente. 11 - Partes Relacionadas: As transações com partes relacionadas são realizadas em condições definidas entre elas. Não há encargos financeiros nem prazos de vencimentos para essas transações, os valores se referem substancialmente a Empresa Gemensul Serviços e Comércio de Materiais Ltda, a qual a companhia participa. Em 31 de dezembro de 2025, os valores a débito da Companhia têm a liquidação prevista para curto prazo. 12 - Contas com Consorciadas: Referem-se a créditos a receber e a débitos a pagar de consórcios do segmento de Transportes e Aeroportos, no qual a Companhia possui percentuais de participação diferenciados. Não há encargos financeiros nem prazos de vencimento para esses créditos. São em sua totalidade consórcios formados para a execução de contratos com a administração pública, com prazos de execução variados. 13 - Obrigações Trabalhistas: Refere-se ao acordo firmado entre a companhia e o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, através de REF, homologado, que tem por objetivo a liquidação das verbas trabalhistas de antigos colaboradores, mediante a atualização de monetária dos valores e com a liquidação em parcelas fixas mensais atualizadas a cada seis meses, com referência no maior índice entre a Selic e IPCA-E. 14 - Empréstimos e Financiamentos: Composição em 31 de dezembro de 2025, por instituição financeira: Instituição Financeira, Modalidade, Encargos. Table with columns: Instituição Financeira, Modalidade, Encargos, 2025, 2024.

15 - Outras Obrigações (circulante e não circulante). Table with columns: Obrigação para aumento de capital, Dividendos a pagar, Credores diversos, 2025, 2024.

16 - Tributos e Contribuições (circulante e não circulante). Table with columns: INSS - parcelamento, PIS/COFINS-CSLL - parcelamento e corrente, IRPJ, CSLL, IRRF - parcelamento e corrente, PIS - parcelamento e corrente, COFINS - parcelamento e corrente, Contribuição previdenciária s/ faturamento, IOF, CPRB desoneração, Dívida ativa RF, Impostos ativos compensados. Table with columns: 2025, 2024.

Ilmo. Srs. Diretores e Acionistas da MPE Engenharia e Serviços S.A. - Rio de Janeiro - RJ. Opinião com ressalvas: Examinamos as demonstrações financeiras da MPE Engenharia e Serviços S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos assuntos mencionados no parágrafo base para opinião com ressalvas, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MPE Engenharia e Serviços S.A., em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião com ressalvas: 1. A Companhia está concluindo uma conciliação entre a sua posição contábil e a posição do fisco com relação aos tributos e contribuições correntes. A administração da Companhia não espera ter impactos significativos em decorrência dessa conciliação. 4. A Companhia possuía em suas contas a receber, créditos vencidos a mais de 360 dias juntos a clientes no montante, aproximado, de R\$ 41.468 mil, para os quais não foi constituída nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa, em virtude de a administração entender que os mesmos serão realizáveis. 5. Conforme divulgado na nota explicativa 22, a Companhia por intermédio de seus consultores jurídicos está discutindo judicialmente diversas ações de natureza trabalhistas e civis. Estes mesmos auditores através de correspondência entregue a nós auditores, acusam a existência de, aproximadamente, R\$ 3.315 mil, em 31 de dezembro de 2025 referentes as ações com remotas chances de êxito, para os quais não foi constituída qualquer provisão contábil. A Administração da Companhia acredita que em caso de eminente perda de grande parte dessas ações, os valores poderão ser liquidados por cifras muito inferiores as pleiteadas. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com o princípio de independência previsto no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de

auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas. Ênfases: 1. Créditos de avaliação econômica: Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7, a Companhia registrou, como créditos de avaliação econômica, o montante de R\$ 400.182, referente a diversos contratos de prestação de serviços firmados pela Companhia, com prazo médio de 5 (cinco) anos. Tais créditos não estão sujeitos a encargos financeiros e sua realização está diretamente vinculada ao desempenho operacional da Companhia na execução desses contratos. Os valores foram dimensionados com base em laudo elaborado por consultoria independente. A efetiva realização desses créditos está sujeita à ocorrência de eventos e decisões futuras, podendo ocorrer reflexos diferentes dos esperados pela Administração. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto. 2. Operação com partes relacionadas: Conforme divulgado na nota explicativa nº 11 as demonstrações financeiras, a Companhia mantém transações com partes relacionadas, realizadas em condições pactuadas entre as partes, as quais não contemplam incidência de encargos financeiros nem prazos definidos de vencimento para determinados saldos. Essas operações apresentam condições distintas daquelas que seriam estabelecidas em transações realizadas com partes independentes. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto. 3. Ajuste de exercícios anteriores: Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que descreve o reconhecimento, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, ajustes decorrentes de erros relacionados à equivalência patrimonial de investidas, referentes a exercícios anteriores, cujos efeitos foram registrados diretamente no patrimônio líquido. Conforme mencionado pela Administração, as demonstrações financeiras comparativas não foram reapresentadas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondente ao exercício anterior: As demonstrações financeiras da MPE Engenharia e Serviços S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins comparativos, foram por nós examinadas, e sobre elas emitimos relatório dos auditores, datado de 06 de maio de 2025, contendo as mesmas ressalvas e ênfases mencionadas acima, com exceção dos ajustes de exercícios anteriores. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidade dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de

20 - Resultado Financeiro, líquido. Table with columns: 2025, 2024.

Recitas. Table with columns: Receita Financeira Consórcio, Juros Ativos, Recitas s/Aplicações, 2025, 2024.

Despesas. Table with columns: Juros Pagos, Despesas Bancárias, Despesa Financeira Consórcio, Variação Cambial, 2025, 2024.

21 - Instrumentos Financeiros: Exceto as transações com partes relacionadas, os instrumentos financeiros das Controladas encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 MuI por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessa data. A administração desses instrumentos é efetuada através de estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A sociedade não tem a prática de operar com derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos, definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e atividades do grupo. 22 - Ações Judiciais: A Companhia, por intermédio de seus consultores jurídicos, está discutindo judicialmente diversas ações de natureza trabalhistas e civis. Estes mesmos consultores consideram que os montantes pleiteados pelos autores são classificáveis como possíveis ou prováveis de êxito por parte da Companhia. A Administração da Companhia, embasada em dados históricos, acredita que em caso de eminente perda de grande parte dessas ações, os valores poderão ser liquidados por cifras muito inferiores as pleiteadas, não havendo, portanto, razoabilidade necessária para determinar uma base para opinião com ressalvas. 23 - Eventos Subsequentes: A Companhia avaliou os acontecimentos entre a data base das presentes demonstrações contábeis e a data de divulgação das mesmas e não encontrou eventos subsequentes a serem divulgados nas linhas gerais das normas contábeis pertinentes ao assunto.

Contador: Luciano Reis da Silva CRC-RJ 102761/O-8



SAAM Towage Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 05.436.047/0001-16



passado; (iii) preços de venda consistentes com as projeções disponíveis nos relatórios internos ou dados públicos sobre o setor da atuação da Companhia, quando disponíveis; e (iv) taxas de desconto com base no custo médio ponderado de capital ("WACC"). Essas premissas estão sujeitas a riscos e incertezas e podem mudar as projeções da Companhia e, portanto, afetar o valor recuperável dos ativos. Os ativos não financeiros (excluindo estoques e ativos fiscais diferidos) são revisados para a verificação de perda por redução ao valor recuperável ("impairment") sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. e. **Pronunciamentos novos ou revisados adotados em 1 de janeiro de 2025:** Os pronunciamentos contábeis que entraram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2025 e, portanto, foram adotados, não têm impacto significativo nos resultados ou na posição financeira da Companhia. • **Alterações na IAS 21 (CPC 02) - Falta de conversibilidade:** - Determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. f. **Normas e interpretações emitidas, mas que ainda não estão vigentes:** As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas não vigentes até a data da emissão destas demonstrações financeiras, as quais a Companhia não espera impactos significativos na aplicação destas alterações ou não se aplicam, estão abaixo apresentadas: • **IFRS 7 e IFRS 9 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** Evidenciação para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis às empresas em geral e não apenas às instituições financeiras. As alterações: (a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa; (b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente; (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"). As referidas alterações têm vigência a partir de 1o de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. • **IFRS 7 e IFRS 9 – Contratos que tenham como referência energia e cuja energia dependa da natureza:** As alterações trazem: (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de "own use", (ii) condições e serem consideradas para aplicação de hedge accounting (cash flow hedge) e (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício. As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/periódos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais. • **IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerá informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados: Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido da Companhia, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado. Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. A Companhia não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentadas por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1. No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento. A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18. • **IFRS 19: Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas:** Divulgações: emitida em maio de 2024, essa nova norma permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras. Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia. **4 Resumo das políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais aplicadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão sumariadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **a. Receita operacional - (i) Prestação de serviços:** As receitas da Companhia estão basicamente ligadas a execução de serviços de apoio portuário (atração e desatração de navios). A receita da prestação de serviço no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita descreve a transferência serviços prometidos a clientes, em troca de um valor que reflete a contraprestação a que se espera ter direito na troca desses serviços. O rendimento é reconhecido seguindo as orientações estabelecidas pelo CPC 47, que considera os seguintes passos: • Etapa 1: identificar o contrato com o cliente. • Etapa 2: identificar as obrigações de desempenho do contrato. • Etapa 3: determinar o preço da transação. • Etapa 4: alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato. • Estágio 5: reconhecer a receita quando (ou à medida que) a entidade satisfaz uma obrigação de desempenho. As receitas são as entradas brutas de benefícios econômicos das atividades ordinárias durante um período, desde que provoque um aumento no capital próprio, que não esteja relacionado com as contribuições dos acionistas. A receita é reconhecida pelo valor justo quando é provável que o benefício econômico associado a uma transação fluirá para a empresa e o valor da receita possa ser mensurado com segurança. As receitas ordinárias associadas à prestação de serviços são reconhecidas considerando o grau de acabamento da prestação do respectivo serviço à data das demonstrações financeiras, desde que o resultado da transação possa ser estimado com confiabilidade, seja provável que a empresa receba os benefícios econômicos derivados da transação, que o grau de conclusão da transação, à data do balanço, pode ser avaliado com confiabilidade e que os custos já incorridos na provisão, bem como aqueles que permanecem por incorrer até à sua conclusão, pode ser avaliado de forma confiável. **b. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as variações cambiais ativas e as receitas de juros sobre aplicações financeiras, enquanto as despesas compreendem os juros sobre empréstimos, multas, descontos financeiros e variações cambiais. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida. As receitas e as despesas de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. **c. Moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são, para fins dessas demonstrações financeiras, aquelas realizadas na moeda diferente da moeda funcional (dólar norte-americano). Os valores registrados na moeda local (real) são convertidos para a moeda funcional utilizando a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado como variações monetárias e cambiais líquidas. **d. Benefícios a empregados: Benefícios de curto prazo a empregados - salários, férias e encargos** - Obrigações de benefícios a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal, de acordo com a natureza do serviço prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado, caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante, em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **Benefícios de curto prazo a empregados – programa de participação nos resultados:** A Companhia adota o programa de participação nos lucros com base em contribuições de equipes e unidades de negócio e no desempenho geral da Companhia através de geração de caixa operacional. A Companhia cria uma provisão com base na mensuração periódica do cumprimento de suas metas e resultados, respeitando o regime de competência da obrigação presente resultante de um evento passado no valor estimado da saída de recursos no futuro. **e. Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido):** O imposto de renda e a contribuição social do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedentes de R\$ 240 para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social é limitada a 30% do lucro real. As despesas com o imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, exceto se relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. As despesas de imposto de renda e contribuição social corrente são calculadas de acordo com as bases legais tributárias vigentes no Brasil, na data da apresentação das demonstrações financeiras. Periodicamente a administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão, quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais

serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **f. Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, e inclui basicamente os ganhos incorridos na aquisição de combustíveis, peças, filtros e cabos para manutenção das embarcações. O método de custeio dos estoques, é o PEPS (Primeiro que entra e Primeiro que sai) e está alinhado com o que é praticado pelo Grupo econômico do qual faz parte. **g. Imobilizado - (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos, quando aplicável, das perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais, mão de obra direta, quaisquer outros custos para transporte do ativo para o local e demais condições necessárias para que eles sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, além dos juros e encargos financeiros incorridos nos financiamentos atribuíveis à construção do ativo qualificável. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são incluídos no resultado operacional. **(ii) Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é incorporado ao valor contábil do bem ou reconhecido como item específico, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo contábil do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. **(iii) Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado, de acordo com as taxas descritas na nota explicativa nº 12, que levam em consideração a estimativa de vida útil-econômica do bem. Os métodos de depreciação e as vidas úteis são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. A Administração da Companhia revisa periodicamente as estimativas de vida útil econômica dos itens do ativo imobilizado, com base em fatores como utilização esperada, desgaste físico, obsolescência tecnológica e histórico de manutenção. **h. Ativos intangíveis - (i) Outros ativos intangíveis:** Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados inicialmente ao custo de aquisição. Após o reconhecimento inicial, são apresentados ao custo, deduzido da amortização acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, em conformidade com o CPC 04. **(ii) Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Custos associados ao desenvolvimento e manutenção desses softwares são reconhecidos no resultado quando incorridos. **(iii) Amortização:** Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de forma linear ao longo de suas vidas úteis econômicas estimadas, as quais são revisadas periodicamente pela Administração. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, sendo submetidos, no mínimo anualmente, ao teste de recuperabilidade. Os softwares possuem vida útil definida e são amortizados no prazo de 05 (cinco) anos (nota explicativa nº 13). O ágio não é amortizado, sendo submetido, no mínimo anualmente, ou sempre que houver indícios de perda, ao teste de redução ao valor recuperável, conforme o CPC 01. Para fins de teste de recuperabilidade, o ágio é alocado às unidades geradoras de caixa (UGCs) ou grupos de UGCs que se beneficiam das sinergias da combinação de negócios. O valor recuperável dessas unidades é determinado com base em estimativas de valor em uso, que envolvem julgamentos relevantes, incluindo projeções de fluxos de caixa futuros, taxas de desconto e taxas de crescimento. Perdas por redução ao valor recuperável do ágio, quando identificadas, são reconhecidas no resultado e não são revertidas em períodos subsequentes. A vida útil estimada e os métodos de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de qualquer mudança na estimativa é contabilizado prospectivamente. **i. Instrumentos financeiros: (i) Classificação:** A Companhia classifica seus instrumentos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: Mensurados ao custo amortizado; Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado). **(ii) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento:** A Companhia determina a classificação dos seus instrumentos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando se torna parte das disposições contratuais do instrumento, que são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(iii) Ativos e passivos financeiros não derivativos - mensuração: Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia são mensurados ao valor justo por meio do resultado com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do instrumento financeiro. Os instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. **Instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado:** Os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado, são mantidos pela Companhia para gerar fluxos de caixa contratuais decorrentes do valor principal e juros, quando aplicável aos ativos financeiros, menos qualquer redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os passivos financeiros não derivativos da Companhia estavam representados por fornecedores, contas a pagar para partes relacionadas, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar. **(iv) Impairment:** A Companhia avalia o impairment do contas a receber de clientes, com uma abordagem simplificada, conforme permitida pelo CPC 48, com base em premissas sobre o risco de inadimplência, histórico de recebimentos, condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada semestre. **(v) Capital Social: Ações ordinárias:** O capital social da Companhia é dividido em ações ordinárias e sem valor nominal. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definidos em estatuto, quando aplicáveis, são reconhecidos como passivo. **j. Redução ao valor recuperável ("impairment") - (i) Ativos financeiros:** Os ativos financeiros classificados como "custo amortizado" são avaliados a cada data de apresentação, para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável após o seu reconhecimento inicial, e que tal evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados do ativo, que possam ser estimados de uma maneira confiável. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado, é calculada pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta retificadora do contas a receber, conforme nota explicativa nº 6, assim como a respectiva abertura na nota explicativa nº 26. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido a Companhia em condições que a ela não aceitaria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. **(ii) Ativos não financeiros:** Os ativos não financeiros da Companhia estão representados por estoques, investimentos, imobilizado e ativo intangível. Os valores contábeis do ativo imobilizado e ativo intangível são revisados ao final de cada exercício para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas identificadas de valor são reconhecidas no resultado. **k. Provisão:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar essa obrigação. A administração, apoiada na opinião dos seus consultores jurídicos, entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos em andamento. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados, a uma taxa antes dos impostos, que reflete as avaliações atuais de mercado, quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa no resultado. **l. Arrendamentos:** No início do contrato, a Companhia determina se ele é ou contém um arrendamento. O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. O arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A nova norma substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (R2) (IAS 17) - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICP 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Dessa forma, com o CPC 06 (R2), a Companhia deixa de reconhecer custos e despesas operacionais oriundas de contratos de arrendamento mercantil operacionais e passa a reconhecer em sua demonstração de resultado: (i) os efeitos da depreciação dos direitos de uso dos ativos arrendados; e (ii) a despesa financeira e a variação cambial apuradas com base nos passivos financeiros dos contratos de arrendamento mercantil. **(i) A Companhia como arrendatária:** Um arrendamento é definido como "um contrato, ou parte de um contrato, que transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período determinado em troca de contraprestação". Para aplicar esta definição, a Companhia avalia se o contrato atende a três avaliações principais, que são: • O contrato contém um ativo identificado, o qual pode ser tanto identificado explicitamente como implicitamente, sendo identificado quando ele é disponibilizado à Companhia; • A Companhia tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do ativo identificado durante o período de uso, considerando seus direitos dentro do escopo definido do contrato; • A Companhia tem o direito de direcionar o uso dos ativos identificados durante o período de uso. Ela avalia se tem o direito de direcionar como e para que finalidade o ativo deve ser utilizado durante todo o período de uso. **(ii) Pagamentos de arrendamentos:** Os pagamentos de arrendamentos são mensais. Alguns contratos preveem aumentos calculados nos principais indicadores

econômicos. Despesas relacionadas a pagamentos de arrendamentos variáveis não são incluídas no passivo de arrendamento. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento, visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. **(iii) Determinação do prazo de arrendamentos:** O prazo de arrendamento é o período não cancelável do arrendamento juntamente com: (a) períodos cobertos por opção de prorrogar o arrendamento, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; (b) períodos cobertos por opção de rescindir o arrendamento, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de não terminar antecipadamente e o arrendador não puder rescindir antecipadamente. Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado ou não rescindido. **m. Contas a receber:** As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente pelo valor da contraprestação a que a Companhia espera ter direito, em decorrência da prestação de serviços ou venda de bens no curso normal de suas operações, em conformidade com o CPC 47. Após o reconhecimento inicial, as contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, conforme previsto no CPC 48. A Companhia avalia, na data de cada balanço, a recuperabilidade de suas contas a receber com base no modelo de perdas de crédito esperadas, reconhecendo provisão para perdas quando aplicável. A mensuração das perdas considera informações históricas de inadimplência, condições atuais e estimativas de tendências econômicas futuras. Para as contas a receber de clientes, a Companhia adota o modelo simplificado de perdas de crédito esperadas, reconhecendo perdas esperadas ao longo da vida do instrumento desde o reconhecimento inicial. **n. Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações derivadas de bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, se o pagamento for devido no período de até um ano. Passivos superiores são apresentadas como passivo não circulante. Elas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **o. Empréstimos e financiamentos:** Os financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, e são, subsequentemente, demonstrados pelo valor de custo amortizado. A metodologia do cálculo da taxa efetiva de juros segue as condições de cada contrato. As taxas e tributos pagos para contratação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, e são registrados na rubrica de despesas financeiras pela taxa efetiva de juros. A Administração controla mensalmente os saldos de cada dívida através de controles gerenciais, no qual atualiza os indicadores financeiros (taxas de juros), conforme acordado em cada contrato. Empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante, exceto pelas parcelas que podem incondicionalmente ser liquidadas após 12 meses da data de encerramento das demonstrações financeiras.

	2025	2024
5 Caixa e equivalentes de caixa:	41.465	43.178
Caixa e bancos	66.704	54.347
Aplicações financeiras	108.169	97.525

As aplicações financeiras são de alta liquidez, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as aplicações financeiras referem-se a operações com liquidez diária, com prazo de vencimento definidos e com percentual de rentabilidade de 96% do CDI. **6 Contas a receber de clientes e outros recebíveis**

	2025	2024
No país	70.310	65.282
No exterior	55.654	63.361
No exterior com partes relacionadas (ver NE 11)	12.281	15.169
	138.245	143.812
(-) Provisão para perdas de créditos esperada	(956)	(1.062)
	137.289	142.750
Circulante	137.142	137.383
Não circulante	147	5.367
	137.289	142.750

As contas a receber de clientes e demais contas a receber são denominadas nas seguintes moedas:

	2025	2024
Reais	96.150	75.084
Dólares americanos	41.317	68.245
Euros	778	483
	138.245	143.812

	2025	2024
Movimentação da provisão para perdas de crédito esperada:		
	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	(1.062)	(2.485)
Constituições (NE 23)	(186)	(515)
Reversões (NE 23)	292	1.938
	(956)	(1.062)

A maturidade do contas a receber da Companhia está demonstrada na nota explicativa 26 - Risco de Crédito. **a. Retenções contratuais:** Alguns contratos com clientes constam cláusulas de cumprimento de obrigações de recolhimento de encargos de folha. Após o término do contrato, mediante a comprovação dos pagamentos, os valores retidos pelo tomador são restituídos.

	2025	2024
Não circulante	12.154	6.906
7 Composição dos estoques:	2025	2024
Combustível	18.378	15.495
Cabos de reboque	4.365	2.934
Filtros	7.262	5.636
Peças consumíveis / reposição (a)	17.909	16.959
	47.914	41.024
(-) Provisão para estoque obsoleto	(889)	-
	47.025	41.024
Circulante	42.694	36.684
Não circulante	4.331	4.340
	47.025	41.024

Movimentação da provisão para estoque obsoleto:

	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	-	-
Constituições (NE 23)	(798)	-
Reversões (NE 23)	16	-
Ajuste de conversão	(107)	-
	(889)	-

O custo dos estoques reconhecido no resultado, totalizou R\$ 101.349, em 2025 (R\$ 92.428, em 2024), conforme NE 23. (a) Na apresentação das demonstrações financeiras de 2024, o montante de R\$ 4.340 foi reclassificado da rubrica "Imobilizado" para "Estoques", passando a compor a linha "Peças consumíveis / reposição". Tal reclassificação teve como objetivo refletir adequadamente a natureza desses itens, resultando no aumento correspondente na referida rubrica de estoques, sem impacto no resultado do exercício ou no patrimônio líquido, conforme conciliação na NE 12e. **8 Tributos a recuperar e diferidos:** **a. Tributos a recuperar (Circulante)**

	2025	2024
IRRF e CSLL (a)	-	58.550
PIS e COFINS (b)	510	-
INSS a recuperar (c)	281	375
CIDE	64	-
Outros	19	-
	874	58.925

(a) Referem-se ao saldo negativo de IPRJ e CSLL de valores pagos e retidos na fonte durante o ano de 2024, e que foram compensados em 2025; (b) Os créditos de Programa de Integração Social - PIS e de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS referem-se, aos montantes sobre insumos adquiridos e utilizados na prestação de serviços sendo compensado ao mês, havendo saldo a pagar. (c) Referem-se às retenções de INSS efetuadas na prestação de serviços. **b. Tributos a recuperar (Não Circulante)**

	2025	2024
IRPJ e CSLL a recuperar (a)	200	189
PIS e COFINS a recuperar (b)	8.845	8.086
INSS - a recuperar	2.939	2.988
ISS	361	617
	12.345	11.880

(a) Refere-se ao saldo negativo de imposto de renda e CSLL, que são atualizados mensalmente com base na SELIC; (b) Refere-se ao saldo negativo de PIS e COFINS retido na fonte sobre os recebimentos de notas fiscais de serviços prestados, que serão atualizados mensalmente com base na SELIC. A Companhia revisa os impostos e contribuições que afetam os seus negócios, objetivando assegurar que os pagamentos sejam devidamente realizados. Os créditos fiscais são utilizados respeitando-se os prazos legais. Caso a Companhia não utilize os créditos tributários é solicitado o reembolso dos respectivos valores à Receita Federal do Brasil. **c. IRPJ e CSLL diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros calculados sobre as diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Efeito no 2025 Resultado	2024 Resultado	Efeito no 2024 Resultado
Ativo de imposto diferido			
Varição cambial não realizada	-	-	(6.382)
Prejuízo fiscal	2.702	(31.387)	34.089
Ativo de arrendamento	15.379	(2.630)	18.009
Provisões de custos e gastos	18.913	2.887	16.026
Perdas de contas por cobrar	325	(36)	361
Amortização Ágio da empresa Incorporada	850	-	1.221
Total de imposto diferido ativo	38.169	(31.166)	69.706
			17.414

	Efeito no 2025 Resultado	2024 Resultado	Efeito no 2024 Resultado
Passivo de imposto diferido			
Ajuste nas taxas de depreciação (diferença de taxa de depreciação - ver NE nº 12.b)	(38.316)	(10.602)	(27.714)
Passivo de arrendamento	(15.999)	3.688	(19.687)
Diferido sobre ativos não monetários (167.868)	99.874	(267.742)	(156.401)
Total de imposto diferido passivo	(222.183)	92.960	(315.143)
Imposto de renda diferido líquido	(184.014)	61.794	(245.437)
			(135.223)



SAAM Towage Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 05.436.047/0001-16



A partir de 2024, a Companhia passou a adotar o regime de competência para fins de tributação das variações cambiais ativas e passivas, em conformidade com a legislação fiscal vigente e com as práticas contábeis aplicáveis. Dessa forma, as variações cambiais passaram a ser reconhecidas na base de cálculo dos tributos sobre o lucro no período em que ocorrem, independentemente de sua realização financeira. A alteração de critério resultou no reconhecimento integral dos efeitos das variações cambiais no resultado fiscal do exercício de 2024, contribuindo para a apuração de prejuízo fiscal naquele exercício. Nos termos da legislação vigente, referido prejuízo fiscal foi parcialmente compensado com lucros tributáveis apurados no exercício de 2025. No exercício de 2025, a Companhia manteve o regime de competência para fins de tributação das variações cambiais.

9 Outros ativos não financeiros:

	2025	2024
Adiantamentos a funcionários (a)	405	362
Adiantamentos a fornecedores (b)	11.987	11.442
Despesas antecipadas	3.911	3.869
16.303	15.673	

(a) Adiantamentos operacionais aos empregados, objetivando cobrir despesas de salários, férias, viagens (nacional e internacional) e para aquisições de materiais de uso e consumo da Companhia; (b) Adiantamentos para for-

	Contas a Receber		Contas a Pagar		Empréstimo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
1. CSAV Austral S.A.	1.223	1.544	-	-	-	-	6.548	7.448	-	-
2. Hapag-Lloyd AG	10.911	8.258	-	-	-	-	55.731	46.655	-	-
3. SAAM S/A	-	-	213.074	31.620	559.866	630.294	-	-	43.960	47.272
4. SAAM Towage Colombia S.A.	21	5.367	-	-	-	-	-	7.493	-	-
5. SAAM Towage Chile	86	-	-	-	-	-	-	-	-	-
6. SAAM Towage Uruguay	40	-	-	-	-	-	-	-	-	-
7. SAAM Participações Ltda.	-	-	92.727	10.964	-	-	-	-	-	-
	12.281	15.169	305.801	42.584	559.866	630.294	62.279	61.596	43.960	47.272
Circulante	12.134	9.802	71.297	42.584	9.626	630.294	-	-	-	-
Não Circulante	147	5.367	234.504	-	550.240	-	-	-	-	-
	12.281	15.169	305.801	42.584	559.866	630.294	62.279	61.596	43.960	47.272

1, 2 - Contas a receber de receita da prestação de serviços efetuados em condições normais de mercado; **3** - Reembolso de despesas / rateio corporativo / empréstimo / dividendos; **4, 5** - Reembolso de despesas; **6** - Venda de peças para manutenção; e **7** - Dividendos.

Custo	Saldo em 31/12/2024		Adições	Baixas	Transferências	Ajuste de Conversão em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2025
	2025	2024					
Embarcações	2.986.700	-	-	-	1.214	(332.765)	2.655.149
Docagem (a)	106.464	-	(5.561)	-	22.760	(13.315)	110.348
Manutenção maior	54.418	-	(596)	-	13.280	(6.717)	60.385
Propulsor	25.488	-	-	-	16.423	(3.124)	38.787
Equipamentos de comunicação	1.542	230	-	-	(188)	(228)	1.658
Móveis	2.031	16	-	-	(350)	(427)	1.270
Máquinas e equipamentos	8.230	466	(897)	-	-	(1.477)	6.322
Hardware	3.975	940	(124)	-	(12)	(501)	4.278
Benefitorias em imóveis de terceiros	2.879	344	-	-	-	(313)	2.910
Outros	217	-	(18)	-	-	(51)	148
Imobilizado em andamento:							
Embarcações	1.368	3.444	-	-	(1.214)	(149)	3.449
Docagem	12.354	31.698	-	-	(39.183)	(2.377)	2.492
Manutenção maior	4.093	11.238	-	-	(13.280)	(2.045)	6
Benefitorias em imóveis de terceiros	87	2	-	-	-	(12)	77
Outros	130	4.194	-	-	(290)	(67)	3.967
	3.209.976	52.572	(d)(7.734)	-	-	(363.568)	2.891.246

Custo	Taxas de depreciação % a.a.	Saldo em 31/12/2024		Baixas	Transferências	Ajuste de Conversão	Saldo em 31/12/2025
		2025	2024				
Embarcações (b)	4%	(1.045.989)	(80.073)	-	-	77.352	(1.048.710)
Docagem (a)	20%	(35.674)	(20.907)	5.454	-	3.582	(47.545)
Propulsores	10,26% - 26,09%	(3.443)	(6.289)	-	-	40	(9.692)
Manutenção maior	6,94% - 22,22%	(11.301)	(6.392)	596	-	989	(16.108)
Equipamentos de comunicação	20%	(712)	(276)	156	-	99	(733)
Móveis	10%	(1.480)	(94)	320	-	330	(924)
Máquinas e equipamentos	10% e 20%	(4.465)	(656)	669	-	908	(3.544)
Hardware	20%	(2.050)	(632)	111	-	272	(2.299)
Benefitorias em imóveis de terceiros	-	(526)	(330)	-	-	23	(833)
Outros	-	(80)	(4)	12	-	21	(51)
		(1.105.720)	(115.653)	7.318	-	83.616	(1.130.439)
		2.104.256	(63.081)	(416)	-	(279.952)	1.760.807

Custo	Taxas de depreciação % a.a.	Saldo em 31/12/2024		Baixas	Transferências	Ajuste de Conversão	Saldo em 31/12/2024
		2025	2024				
Embarcações	-	(17.856)	1.480	-	-	650.019	2.986.700
Docagem (a)	-	(26.881)	35.483	-	-	15.715	106.464
Manutenção maior	-	(25.392)	32.087	-	-	(1.513)	54.418
Propulsor	-	-	18.886	-	-	4.607	25.488
Equipamentos de comunicação	-	-	-	-	-	305	1.542
Móveis	-	-	-	-	-	424	2.031
Máquinas e equipamentos	-	-	-	191	-	1.526	8.230
Hardware	-	-	-	-	-	732	3.975
Benefitorias em imóveis de terceiros	-	-	-	366	-	79	2.879
Peças e sobressalentes	-	-	-	(1.323)	-	171	-
Outros	-	-	(19)	-	-	38	217
Imobilizado em andamento:	-	-	-	-	-	-	-
Embarcações	-	513	(1.416)	-	-	192	1.368
Docagem	-	20.605	(54.369)	-	-	1.413	12.354
Manutenção maior	-	17.884	(32.087)	-	-	397	4.093
Benefitorias em imóveis de terceiros	-	155	(366)	-	-	17	87
Outros	-	304	(191)	-	-	17	130
		2.540.595	67.945	(d)(71.446)	(1.259)	674.141	3.209.976

Custo	Taxas de depreciação % a.a.	Saldo em 01/01/2024		Baixas	Transferências	Ajuste de Conversão	Saldo em 31/12/2024
		2024	2023				
Embarcações (b)	4%	(731.586)	(81.871)	16.178	-	(248.710)	(1.045.989)
Docagem (a)	20% - 40%	(40.039)	(17.972)	24.661	-	(2.324)	(35.674)
Propulsores	20% - 40%	(115)	(2.642)	-	-	(686)	(3.443)
Manutenção maior	15,38% - 22,22%	(41.403)	(5.082)	25.392	-	9.792	(11.301)
Equipamentos de comunicação	20%	(382)	(209)	25	-	(146)	(712)
Móveis	10%	(1.055)	(103)	15	-	(337)	(1.480)
Máquinas e equipamentos	10% e 20%	(3.065)	(493)	95	-	(1.002)	(4.465)
Hardware	20%	(1.176)	(493)	22	-	(403)	(2.050)
Benefitorias em imóveis de terceiros	-	(1.646)	(333)	1.032	-	421	(526)
Outros	-	(63)	(4)	5	-	(18)	(80)
		(820.530)	(109.202)	67.425	-	(243.413)	(1.105.720)
		1.720.065	(41.257)	(4.021)	(1.259)	(e) 430.728	2.104.256

(a) Tendo a obrigatoriedade de classificação das embarcações que operam no mercado brasileiro por uma Companhia classificadora habilitada, a docagem é um procedimento realizado a cada ciclo de classificação, de acordo com o ano de construção da embarcação. A taxa de amortização da docagem varia de 20% a 40%, devido às características de cada embarcação; (b) As embarcações são depreciadas por taxas de 4% a 40%. A diferença de depreciação entre a prática contábil societária (25 anos) e a fiscal (20 anos) é diferida; (c) A diferença de R\$ 1.259 se refere à transferência de custos, onde a contrapartida está em conta não pertencente ao grupo do Ativo Imobilizado; (d) Algumas operações constantes nas adições do imobilizado não impactaram o fluxo de caixa, gerando dessa forma um valor menor, conforme indicado, e

	2025	2024
Nota 12 - Adições	52.572	67.945
Valores registrados no ano anterior e pagos no ano corrente	-	15.575
Valores registrados/não faturados para serem pagos no ano subsequente	-	(3.113)
Aquisição de ativo imobilizado - Fluxo de caixa de investimentos	52.572	80.407

(e) Para fins de melhor apresentação e adequada classificação contábil, determinados saldos comparativos de 2024 foram reclassificados, sem impacto no resultado do exercício ou no patrimônio líquido. Na apresentação das demonstrações financeiras de 2024, o montante de R\$ 4.340 foi reclassificado da rubrica "Imobilizado" para "Estoques", no não circulante, passando a compor a linha "Peças consumíveis / reposição". Tal reclassificação teve como objetivo refletir adequadamente a natureza desses itens, resultando no aumento correspondente na referida rubrica de estoques, sem impacto no resultado do exercício ou no patrimônio líquido. Ainda, os valores relativos a ativos de direito de uso passaram a ser apresentados de forma segregada do ativo imobilizado, embora já tivesse nota explicativa separada anteriormente, visando maior transparência. Sendo assim, o valor de R\$ 63.488 foi reclassificado do ativo imobilizado para Direito de uso. Conciliação para reclassificação da apresentação do balanço patrimonial:

	Apresentação 2024 - Anterior	Reclassificação	Apresentação 2024 - Atual
Estoques não circulante	-	4.340	4.340
Ativo Imobilizado	2.172.084	(67.828)	2.104.256
Direito de Uso	-	63.488	63.488

I. Revisão da vida útil estimada: Não houve modificação na estimativa de vida útil remanescente dos itens do imobilizado e, portanto, não houve alteração na taxa de depreciação para os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. **II. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos:** Em atendimento ao CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia realiza, anualmente, testes para identificar eventuais perdas por impairment, ou sempre que identificados indícios de desvalorização. O valor recuperável das embarcações registradas no ativo imobilizado, bem como do ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) decorrente da aquisição da TugBrasil, foi determinado com base no cálculo do valor em uso, por meio da metodologia de fluxo de caixa descontado. As projeções de fluxo de caixa foram elaboradas com base em orçamentos e planos de negócios aprovados pela Administração para um horizonte de 5 (cinco) anos. Para os períodos subsequentes, foi considerada uma taxa de crescimento em perpetuidade compatível com as expectativas de longo prazo do mercado em que a Companhia atua. Os fluxos de caixa estimados foram descontados a valor presente mediante a aplicação de taxa de desconto líquida de 11,9% ao ano. Com base nos testes realizados, a Administração concluiu que não há necessidade de constituição de provisão para perda por redução ao valor recuperável dos referidos ativos em 31 de dezembro de 2025, conclusão igualmente verificada em 31 de dezembro de 2024.

necedores de materiais de consumo e de prestação de serviços, principalmente referentes a processos de importação, docagem e manutenção maior. **10 Depósitos judiciais:** A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais de natureza tributária e trabalhista, que foram propostas no curso normal dos negócios, e discute tais questões, tanto na esfera administrativa, como na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais.

	2025	2024
Depósitos Trabalhistas (i)	1.275	1.037
Depósitos Tributários (ii)	3.445	3.137
	4.720	4.174

(i) Depósitos judiciais vinculados a ações em que a Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. A maioria das ações tem por objeto indenizações por danos decorrentes de doenças ocupacionais, horas extras, periculosidade e equiparação salarial; (ii) Depósitos de ações que o ente fiscalizador atribuiu à SAAM, como uma hipotética sucessora de obrigações de terceiro. A ação está sendo monitorada e defendida por escritório de advocacia externo. **11 Partes relacionadas:** Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas, estão apresentados a seguir:

	Contas a Receber		Contas a Pagar		Empréstimo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
1. CSAV Austral S.A.	1.223	1.544	-	-	-	-	6.548	7.448	-	-
2. Hapag-Lloyd AG	10.911	8.258	-	-	-	-	55.731	46.655	-	-
3. SAAM S/A	-	-	213.074	31.620	559.866	630.294	-	-	43.960	47.272
4. SAAM Towage Colombia S.A.	21	5.367	-	-	-	-	-	7.493	-	-
5. SAAM Towage Chile	86	-	-	-	-	-	-	-	-	-
6. SAAM Towage Uruguay	40	-	-	-	-	-	-	-	-	-
7. SAAM Participações Ltda.	-	-	92.727	10.964	-	-	-	-	-	-
	12.281	15.169	305.801	42.584	559.866	630.294	62.279	61.596	43.960	47.272
Circulante	12.134	9.802	71.297	42.584	9.626	630.294	-	-	-	-
Não Circulante	147	5.367	234.504	-	550.240	-	-	-	-	-
	12.281	15.169	305.801	42.584	559.866	630.294	62.279	61.596	43.960	47.272

Os montantes referentes a remuneração de pessoal-chave da administração compreendem:

	2025	2024
Benefícios de curto prazo (salários e bônus)	4.029	3.004

Custo	Saldo em 31/12/2024		Adições	Baixas	Transferências	Ajuste de Conversão em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2025
	2025	2024					
Embarcações	2.986.700	-	-	-	1.214	(332.765)	2.655.149
Docagem (a)	106.464	-	(5.561)	-	22.760	(13.315)	110.348
Manutenção maior	54.418	-	(596)	-	13.280	(6.717)	60.385
Propulsor	25.488	-	-	-	16.423	(3.124)	38.787
Equipamentos de comunicação	1.542	230	-	-	(188)	(228)	1.658
Móveis	2.031	16	-	-	(350)	(427)	1.2



SAAM Towage Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 05.436.047/0001-16



judiciais, conforme descrito na nota explicativa 10. Movimentação das provisões para riscos trabalhistas para as causas prováveis:

	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	2.295	1.170
Constituições (NE 23)	1.818	1.627
Reversões (NE 23)	(1.585)	(502)
Saldo em 31 de dezembro	2.528	2.295

a. Processos contingentes: A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2025	2024
Tributários	6.018	3.748
Trabalhistas	15.505	1.572
Cíveis	2.622	2.359
Administrativos (Tributários)	36.483	33.866
60.628	41.545	

b. Natureza dos processos judiciais - Tributários: (i) Lavratura de Autuação sobre CPRB (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta) sobre a receita auferida com serviços prestados a clientes estrangeiros para o período de janeiro de 2017 a junho de 2018; (ii) PIS e de COFINS do ano calendário de 2008, lavrado sob o fundamento de que os serviços prestados a armadores estrangeiros, intermediados por agentes marítimos, não poderiam ser caracterizados como exportação de serviços; (iii) Temas relacionados a Municipalidade sob o fundamento de aplicação de imposto municipal em operações de afretamento; (iv) Tema relacionado a Municipalidade sob fundamento de não cumprimento de obrigação acessória em prazo definido em legislação Municipal; (v) Discussões quanto à não homologação da compensação do crédito de PIS e COFINS exportação; (vi) Alegação de responsabilidade solidária tributária de empresa sem vínculo societário, por compra de meros ativos. **Trabalhistas:** (i) Temas relacionados a aspectos sindicais de empresa incorporada pela SAAM; (ii) A maioria dos processos envolve de regime de escala e horas extras bem como provisões semelhantes. **Cíveis:** (ii) Ações de indenização envolvendo alegação de danos materiais, indenizações e lucros cessantes, sendo em um dos casos, relacionados a local de atracação. Os referidos processos tratam-se de ações anteriores a 2020, de empresa incorporada pela SAAM. Não é esperado nenhum outro passivo relevante resultante dos passivos contingentes, além daqueles provisionados. Esse reporte, considera a situação de provisões, do último trimestre de 2025. **20 Outras provisões:** Reconhecimento de obrigação legal, conforme contrato de afretamento firmado com terceiro. Ele tem o objetivo de custear a docagem pro-rata dos rebocadores ao período do contrato. Esse passivo representa um montante de R\$ 8.817 (R\$ 7.786 em 2024). **21 Patrimônio líquido - a. Capital social:** O capital social da Companhia é representado por ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas:

(Em milhares de Reais)

	2025		2024	
	Quantidade de ações	%	Quantidade de ações	%
Acionista:				
SAAM S.A	641.660	69,23%	641.660	69,23%
SAAM Participações Ltda.	285.236	30,77%	285.236	30,77%
	926.896	100%	926.896	100%

b. Reservas de lucros - i. Reserva legal: Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, antes de qualquer outra destinação, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da reserva legal atinge o seu limite máximo sobre o capital social no montante de R\$ 25.554, mantendo o mesmo saldo em 31 de dezembro de 2025. **ii. Reserva especial:** Conforme previsto nos parágrafos 4º e 5º do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976, a reserva especial é constituída quando a distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios se torna incompatível com a situação financeira da Companhia. Nesses casos, os dividendos são registrados em reserva específica e devem ser pagos futuramente aos acionistas quando a situação financeira permitir, desde que não existam prejuízos acumulados que devam ser previamente absorvidos. Originalmente, essa reserva foi constituída para registrar os dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos, tendo posteriormente recebido também valores decorrentes de ajustes relacionados à conversão de demonstrações financeiras para a moeda de apresentação. A seguir é apresentada a evolução histórica da conta: 2010 - Os órgãos da Administração propuseram, e os acionistas aprovaram, a retenção de 100% dos dividendos mínimos obrigatórios apurados no exercício, considerando que sua distribuição seria incompatível com a situação financeira da Companhia. Assim, o valor correspondente foi registrado como reserva especial. 2011 - Foi reconhecido o montante de R\$ 5.596, correspondente a 50% do lucro líquido ajustado do exercício de 2010, registrado nesta reserva. 2012 - Em decorrência da incorporação da SMIT Internacional do Brasil Ltda. em 10 de dezembro de 2012, 50% do saldo da reserva foi absorvido, reduzindo o montante para R\$ 2.798, valor remanescente referente aos dividendos mínimos obrigatórios retidos. 2014 a 2020 - Além da finalidade original, foram registrados nesta reserva valores decorrentes da diferença entre o resultado societário em moeda local e o resultado convertido para a moeda de apresentação das demonstrações financeiras. Essas diferenças não eram consideradas para fins de cálculo de dividendos nem para absorção de prejuízos com base no resultado local. Nesse período, foram acumulados R\$ 135.528. 2023 - O montante relacionado às diferenças de conversão de resultados foi integralmente absorvido, em função da constituição de imposto diferido sobre ativos não monetários, permanecendo na reserva apenas o valor originalmente relacionado aos dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos. Em 31 de dezembro de 2025, a reserva apresenta saldo de R\$ 2.798 (R\$ 2.798 em 2024), correspondente ao valor remanescente dos dividendos mínimos obrigatórios retidos em exercícios anteriores. **iii. Reserva de retenção de lucros:** Destinada para aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital da Companhia. Em 2011 registrava o montante de R\$ 1.320 referente a 50% do lucro líquido ajustado referente ao exercício de 2010, e após a incorporação da SMIT Internacional do Brasil Ltda., 50% desse montante foi absorvido, restando o valor de R\$ 660. **iv. Reserva estatutária:** Constituída por determinação do estatuto social da Companhia com finalidade de: (a) assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente, sem prejuízo de retenção de lucros nos termos do artigo 196 da Lei das Companhias por Ações; e (b) reforçar o capital de giro, podendo ainda (c) ser utilizada em operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações do capital da Companhia, sendo que a Assembleia Geral poderá deliberar sua dispensa na hipótese de pagamento de dividendos adicionais ao dividendo mínimo obrigatório, conforme artigo 25. Em 31 de dezembro de 2025 a reserva registra o montante de R\$ 7.547 (R\$ 141.957 em 2024). **v. Reserva de lucros:** A reserva foi constituída com a finalidade de alocar o lucro líquido do exercício para posterior destinação pelos acionistas, conforme deliberação societária. Em 31 de dezembro de 2024, a referida reserva apresentava saldo de R\$ 110.534. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o saldo foi integralmente utilizado em razão da deliberação de distribuição de dividendos, não remanescendo valores na referida rubrica ao final do exercício. **c. Reserva de capital:** Em 2011 registrava o ágio gerado na emissão de ações no montante de R\$ 7.946. Em 2012, após uma incorporação reversa, 50% desse valor foi absorvido, restando um montante de R\$ 3.973. Adicionalmente essa incorporação também gerou o reconhecimento do Diferido de um novo ágio no valor de R\$ 9.854. Em 2025 foi realizado um total de R\$ 372 (R\$372 em 2024), referente ao ágio da incorporação, resultando um saldo de R\$ 850 (R\$ 1.221 em 2024). Dessa forma essa reserva apresenta o saldo de R\$ 4.823 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 5.194, em 31 de dezembro de 2024). **d. Remuneração aos acionistas:** O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76. **e. Dividendos propostos e dividendos adicionais propostos:** De acordo com o Estatuto Social da Companhia é garantido aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 50% do lucro líquido do exercício, calculado nos termos da lei das Companhias por Ações. A Companhia pode efetuar outras distribuições, na medida em que existirem lucros e reservas disponíveis. Todas as distribuições acima mencionadas poderão ser realizadas sob a forma de dividendos ou como juros sobre capital próprio, dedutíveis do imposto de renda. A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. **Movimentação do saldo de dividendos a pagar:**

	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	35.627	75.267
Dividendos deliberados	404.181	67.179
Pagamentos	(138.485)	(106.819)
Saldo em 31 de dezembro	301.323	35.627

f. Ajustes acumulados de conversão: A rubrica "Ajustes acumulados de conversão", classificada no patrimônio líquido, tem por objetivo registrar os efeitos decorrentes das variações nas taxas de câmbio sobre a conversão das demonstrações contábeis da própria Companhia para a sua moeda de apresentação, o Real. Referida rubrica não se caracteriza como reserva de lucros, podendo apresentar saldo positivo ou negativo, em função das oscilações cambiais verificadas nos períodos de reporte. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresentava saldo de ajuste acumulado de conversão no montante de R\$ 297.421 (R\$ 392.803, em 31 de dezembro de 2024). **g. Lucro por ação - Resultado por ação - básico:** O resultado por ação básico é computado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada das ações em circulação no exercício. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício aos montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído:

	2025	2024
Resultado básico por ação	926.896	926.896
Resultado básico por ação	0,13	0,08

A Companhia não possui instrumentos patrimoniais com efeito dilutivo, conforme o CPC 41. Dessa forma, o resultado por ação diluído é igual ao resultado por ação básico apresentado acima. **22 Receita operacional líquida:** Durante o exercício de 2025 e 2024 a Companhia realizou, além dos serviços de apoio portuário (atracação e desatracação de navios), alguns serviços especiais, como: atendimento na movimentação de embarcações, que contribui íram para um crescimento do seu faturamento.

	2025	2024
Receita operacional bruta		
Afretamento	146.312	153.796
Serviços prestados	866.710	805.534
1.013.022	959.320	

Deduções

	2025	2024
Impostos sobre as vendas	(72.640)	(71.001)
Devoluções e abatimentos	(34.561)	(24.855)
Receita operacional líquida	905.821	863.464

23 Custos dos serviços prestados e despesas administrativas e gerais (por natureza)

Natureza	2025			2024		
	Custos dos Serviços Prestados	Despesas Administrativas e Gerais	Total	Custos dos Serviços Prestados	Despesas Administrativas e Gerais	Total
Pessoal	(167.342)	(59.461)	(226.803)	(151.771)	(52.546)	(204.317)
Frete	(1.919)	(37)	(1.956)	(2.384)	(43)	(2.427)
Serviços Contratados	(89.420)	(23.856)	(113.276)	(94.848)	(15.565)	(110.413)
Material Manutenção/Reparo e Afins	(42.012)	(1.988)	(44.000)	(25.304)	(1.596)	(26.900)
Estoque	(101.349)	-	(101.349)	(92.428)	-	(92.428)
Aluguel de Equipamentos e outros	(2.678)	(1.115)	(3.793)	(2.343)	(1.143)	(3.486)
Viagem	(4.093)	(3.032)	(7.125)	(3.997)	(2.736)	(6.733)
Seguros	(8.369)	(77)	(8.446)	(6.358)	(69)	(6.427)
Depreciação e amortização	(114.579)	(1.676)	(116.255)	(108.245)	(1.405)	(109.650)
Amortização direito de uso	(14.760)	(2.404)	(17.164)	(20.462)	(2.170)	(22.632)
Crédito de PIS e COFINS-depreciação e amortização	2.116	113	2.229	2.806	101	2.907
Provisão para riscos trabalhistas	(180)	(53)	(233)	(1.092)	(33)	(1.125)
Provisão para estoque obsoleto	(782)	-	(782)	-	-	-
Reversão para perdas de créditos esperada (Provisões) e Reversões	-	106	106	-	1.423	1.423
Impostos, Registros e Taxas	(4.398)	3.544	(854)	(5.819)	(6.366)	(12.185)
Associações e Sindicatos	(697)	(290)	(987)	(429)	(378)	(807)
Assinaturas, Licenças e Telecomunicações	(3.883)	(140)	(4.023)	(2.070)	(76)	(2.146)
Outros	(2.041)	(1.626)	(3.667)	(1.234)	(935)	(2.169)
	(13)	(898)	(911)	(15)	(2.691)	(2.706)
	(556.399)	(92.890)	(649.289)	(515.993)	(86.228)	(602.221)

24 Resultado financeiro:

	2025	2024
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(58.331)	(60.470)
Descontos concedidos	(3.804)	(3.116)
Multas e Penalidades	(113)	(121)
Variações cambiais, líquidas	(66.376)	(10.325)
Impostos sobre receita financeira	(1.052)	(1.914)
Juros sobre arrendamento	(3.883)	(4.844)
Comissões e taxas financeiras	(210)	(3.998)
Outros	(305)	(333)
Total de despesas financeiras	(134.074)	(85.121)

	2025	2024
Receitas financeiras		
Juros obtidos e Juros sobre aplicações financeiras	10.446	9.665
Descontos obtidos	87	35
Outros	211	263
Total de receitas financeiras	10.744	9.963

Receitas (despesas) financeiras, líquidas **(123.330)** **(75.158)**

25 Imposto de renda e contribuição social: A conciliação entre a despesa total calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas, e as despesas de imposto de renda e contribuição social debitadas no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é demonstrada como segue:

	2025	2024
Lucro com efeito da diferença de câmbio e antes do IR e da CS	133.911	206.477
Alíquota fiscal nominal	34%	34%
IR e CS pela alíquota fiscal combinada	(45.530)	(70.202)
Efeito do IR e CS sobre adições e exclusões ao lucro contábil:		
Adições permanentes	(552)	(440)
Exclusões permanentes	3.350	308
Efeito de diferenças cambiais no processo de conversão dos itens não monetários	99.875	(155.648)
Efeito dos ajustes na conversão	(67.444)	90.759
IR e CS no resultado do exercício	(10.301)	(135.223)
Alíquota efetiva	7,69%	65,49%
IR e contribuição social correntes	(72.095)	-
IR e contribuição social diferidos (Nota 8c)	61.794	(135.223)
	(10.301)	(135.223)

26 Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, no qual a administração destes é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas, versus condições vigentes no mercado. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro abaixo:

	Valor justo		Valor contábil	
	2025	2024	2025	2024
Instrumentos financeiros				
Ativos				
Caixa e equivalente de caixa	108.169	97.525	108.169	97.525
Depósitos vinculados	5.803	5.429	5.803	5.429
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	138.245	143.812	138.245	143.812
Outros créditos	12.154	6.906	12.154	6.906
	Valor justo	Valor contábil		
	2025	2024	2025	2024
Instrumentos financeiros				
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	1.092.713	329.410	1.092.713	329.410
Fornecedores	45.613	47.836	45.613	47.836
Passivo de arrendamento	45.231	52.970	45.231	52.970
Dividendos a pagar	301.323	35.627	301.323	35.627

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos: **Risco de crédito:** Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes da inadimplência de suas contrapartes, principalmente dos recebíveis de clientes, instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Exposição ao risco de crédito

	2025	2024
Caixa e equivalente de caixa	108.169	97.525
Depósitos vinculados	5.803	5.429
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	138.245	143.812
Outros créditos	12.154	6.906
Exposição líquida	264.371	253.672

A perda de crédito esperada é reconhecida reduzindo o montante a receber da prestação de serviços. A mensuração da taxa de inadimplência considera a recuperabilidade dos recebíveis de acordo com o perfil dos clientes, e histórico de recebimentos, baseado em experiências anteriores. Ademais, em casos particulares, alguns riscos adicionais serão avaliados e considerados para suportar o fator de provisão de um cliente específico, como os riscos correspondentes ao do setor, risco do cliente, situação financeira, capacidade de pagamento e comportamento de pagamento, indiferente do prazo negociado e/ou maturação da dívida. Em algumas circunstâncias, a Companhia não possui informações razoáveis e sustentáveis que estejam disponíveis, sem custo ou esforço excessivos, para mensurar perdas de crédito esperadas com base em instrumento individual. Nesses casos, as perdas de crédito esperadas devem ser reconhecidas coletivamente, considerando informações abrangentes de risco de crédito. Essas informações abrangentes de risco de crédito devem incorporar não apenas informações vencidas, mas também todas as informações de crédito relevantes, inclusive informações macroeconômicas prospectivas, para aproximar o resultado do reconhecimento de perdas de crédito esperadas.

	Provisão para perdas esperadas		Provisão para perdas esperadas	
	Bruto	2025	Bruto	2024
Não vencidos	113.046	(307)	117.018	(383)
Vencidos há 01-30 dias	19.264	(75)	16.127	(79)
Vencidos há 31-60 dias	2.120	(18)	2.126	(21)
Vencidos há 61-90 dias	1.258	(20)	588	(10)
Vencidos há 91-120 dias	1.218	(28)	542	(13)
Vencidos há 121-150 dias	426	(13)	3	-
Vencidos há 151-180 dias	-	-	1.197	(47)
Vencidos há 181-210 dias	-	-	183	(9)
Vencidos há 211-250 dias	363	(43)	168	(16)
Vencidos há 251-360 dias	120	(22)	9	-
Vencidos acima 360 dias	430	(430)	5.851	(484)
Total	138.245	(956)	143.812	(1.062)

Risco de Liquidez: Risco de liquidez é o risco da Companhia associado às dificuldades em honrar com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista, ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia procura alinhar o giro de pagamentos com os recebimentos, controlando o vencimento de suas dívidas com o período de geração de caixa, para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem. O departamento financeiro acompanha as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia, para assegurar que esta tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. As previsões mensais levam em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas contratuais e o cumprimento de metas internas, conforme o plano estratégico da Companhia. Além disso, a Companhia mantém linhas de crédito com as principais instituições financeiras que atuam no Brasil.

	Menos de 1 ano e 2 anos	Entre 1 e 5 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Financiamentos (valor nominal)	142.543	687.529	202.202	210.412
Passivos de arrendamentos	15.011	14.784	21.131	1.401
Fornecedores	45.613	-	-	-
Dividendos	66.819	234.504	-	-
	269.986	936.817	223.333	211.813

Risco de câmbio: Os fluxos de caixa operacionais estão sujeitos à variação de moeda, tendo em vista, que estão parte denominados em Real (moeda local) e parte em dólar norte-americano (moeda funcional). A Companhia possui contratos de dívidas e saldos de caixa e equivalentes de caixa atrelados ao dólar norte-americano e ao Real. Em termos gerais, para o fluxo de caixa operacional, a Companhia procura neutralizar o risco cambial através de ativos (contas a receber) e passivos (pagamentos) correspondentes. Além disso, a Companhia busca gerar um excedente de caixa operacional nas duas moedas, com maior concentração no dólar norte-americano. **Risco de taxas de juros:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco. A maioria dos empréstimos da Companhia é vinculado a taxas fixas. Parte do empréstimo do BNDES e Caterpillar está exposta a taxa flutuante TJLP (Taxa de juros de longo prazo).

31 de dezembro de 2025

Entidade credora	Total da dívida	Taxa de juros	Taxa efetiva	Custo financeiro do período
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	2.653	3,70%	12,	



SAAM Towage Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 05.436.047/0001-16



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas **SAAM Towage Brasil S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da SAAM Towage Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divul-

gando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria

para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as SAAM Towage Brasil S.A. correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 31 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5



Cáren Henriete Macohin
Contadora CRC 1PR038429/0-3 "T" SC

País

CRIME ORGANIZADO

Mendonça nega a CPI compartilhar dados da morte de 'Sicário'

ROSEINEI COUTINHO/STF



MARIA MAGNABOSCO/AE

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou na terça-feira passada, dois pedidos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Crime Organizado, no Senado para compartilhar informações sobre as investigações do Banco Master e da morte de Luiz Phillipi Machado de Moraes Mourão, o "Sicário" de Daniel Vorcaro.

Mendonça argumenta que as informações apuradas pela Operação Compliance Zero e as investigações sobre as fraudes do Master, sob sua relatoria no Supremo, ainda estão em curso e que há diligências pendentes.

O ministro afirma que a divulgação desses dados neste momento poderia comprometer as investigações, mas deixa aberta a possibilidade de reavaliar o pedido no futuro, quando a fase de apuração estiver concluída.

Os dois requerimentos de compartilhamento de dados são de autoria do senador Alessandro Vieira (MDB-SE) e foram aprovados pela CPI na reunião de 11 de março. O parlamentar argumenta que a solicitação é necessária para "compreender se o falecimento de Felipe Mourão evidencia comportamento típico de integrante de verdadeira organização mafiosa".

Segundo o requerimento, a CPI pretendia apurar se o caso indicava o padrão de organização criminosa em que é preferível a morte "à condenação ou colaboração com as autori-

dades", além de avaliar "como esse tipo de conduta pode ser evitado nos estabelecimentos policiais e prisionais, que devem zelar pela integridade física e mental dos custodiados".

O Sicário foi preso pela Polícia Federal em 4 de março, mas tentou suicídio no mesmo dia, enquanto estava sob custódia em Minas Gerais. Ele chegou a ser levado ao hospital, mas não resistiu. O ato foi registrado por câmeras de segurança "sem pontos cegos", segundo as autoridades. A morte foi confirmada oficialmente no dia 6 e está registrada em cartório. O velório ocorreu no dia 8.

Luiz Phillipi Machado de Moraes Mourão era um dos homens de confiança do banqueiro Daniel Vorcaro, e recebeu o apelido de "Sicário" que, segundo a própria PF, era condizente com as atividades que realizava para o dono do Banco Master.

Mourão seria o responsável pela obtenção de informações sigilosas, monitoramento de adversários e neutralização de situações consideradas sensíveis aos interesses do banqueiro.

O Sicário de Vorcaro não chegou a cometer assassinatos, segundo a PF. Mourão era responsável pelo núcleo de intimidação e obstrução à Justiça (batizado de "A Turma" num grupo de WhatsApp encontrado no celular de Vorcaro). Ele é acusado de obter informações sigilosas mediante acesso indevido a sistemas da PF, do Ministério Público Federal (MPF), do FBI e da Interpol.

SENADO

Sabatina de Messias para vaga no STF será no dia 29 de abril

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

A sabatina do advogado-geral da União, Jorge Messias, para vaga de ministro no Supremo Tribunal Federal (STF), será no dia 29 de abril.

A informação foi repassada ontem pelo relator do processo de indicação de Messias na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) no Senado, Weverton Rocha (PDT-MA).

Segundo o relator, a previsão é que a sabatina ocorra pela manhã e que, no mesmo dia, o plenário do Senado vote a indicação de Messias à vaga no STF.

Em entrevista coletiva no Senado, após ter a indicação de relator oficializada, o senador afirmou que a apresentação do relatório no colegiado ocorrerá na próxima quarta-feira.

"Vou ler o relatório na próxima semana e ficou combinado que a sabatina será dia 29 pela manhã, seguindo o mesmo rito: terminada a sabatina, traremos para o plenário para a análise dos senadores e senadoras o que ficou decidido na CCJ."

RITO

O senador disse que as datas para apresentação do relatório e da sabatina foram definidas

após conversas do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP) com o presidente da CCJ, Otto Alencar (PSD-BA).

Para tomar posse como ministro do STF, Messias precisará passar por sabatina na Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ) e ter o nome aprovado em votação tanto no colegiado quanto no plenário da Casa.

Para ter seu nome aprovado, ele precisa de pelos menos 41 votos dos senadores em plenário.

INDICAÇÃO

Na semana passada, a Presidência da República entregou a documentação de Jorge Mes-

ias, formalizando sua indicação à vaga de ministro do STF.

A escolha do indicado é uma prerrogativa constitucional exclusiva do presidente da República. A documentação era aguardada para dar sequência ao processo de análise do nome do advogado. A indicação oficial ocorre pouco mais de quatro meses após o anúncio do nome pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 20 de novembro do ano passado.

Messias foi indicado para a vaga do ministro Luís Roberto Barroso, que anunciou aposentadoria antecipada da Corte e deixou o tribunal em outubro de 2025.

ATAQUE A MULHERES

Lula sanciona lei que cria crime de 'vicaricídio' e amplia pena

O presidente Luiz Inácio Lula das Silva sancionou ontem, um pacote de leis de combate à violência contra mulher. Entre as propostas sancionadas estão o uso de tornozeleira eletrônica para agressores em caso de violência doméstica e o PL que estabelece um novo tipo penal.

Aprovado pelo Senado Federal no último mês, o Projeto de Lei (PL) 3880/2024 sancionado pelo presidente inclui a violência contra filhos, enteados e parentes com objetivo de atingir psicologicamente a mulher na Lei Maria da Penha.

O "vicaricídio", como foi denominado o homicídio, será considerado um crime hedion-

do, com pena prevista de 20 a 40 anos de reclusão. Ele consiste em "matar descendente, ascendente, dependente, enteado ou pessoa sob guarda ou responsabilidade direta da mulher, com o fim específico de causar-lhe sofrimento, punição ou controle, no contexto de violência doméstica e familiar".

A pena poderá aumentar em um terço se o crime for praticado na presença da mulher, contra criança ou adolescente, pessoa idosa ou com deficiência, ou em descumprimento de medida protetiva de urgência.

Outra proposta sancionada exige que homens que cometem violência doméstica contra mu-

lheres ou crianças usem tornozeleira eletrônica de imediato. O PL 2942/2024 determina a colocação imediata da tornozeleira, autoriza a aplicação da medida por delegados em cidades sem juiz e amplia os recursos públicos direcionados à compra de equipamentos para monitorar com urgência os agressores.

O juiz, após ser comunicado, terá 24 horas para decidir sobre a manutenção ou a revogação da medida. Caso não aceite, ele precisará explicar o motivo. O projeto coloca como prioridade a compra e manutenção de tornozeleiras e de dispositivos de alerta para as vítimas, permitindo aos governos separar recursos

específicos no orçamento para aplicação na proteção à mulher.

O texto altera ainda a Lei Maria da Penha para aumentar o adicional de um terço para até metade da pena - hoje, de reclusão de 2 a 5 anos, mais multa - por descumprimento de medidas protetivas, como violação das áreas de exclusão monitoradas eletronicamente (onde o agressor não pode ir), ou remoção, violação ou alteração da tornozeleira sem autorização judicial.

O pacote de leis institui ainda o Dia Nacional de Proteção e Combate à Violência às Mulheres Indígenas, que será celebrado no dia 5 de setembro.

DPU

Lula indica candidata mulher para a Defensoria Pública da União

CAROLINA BRÍGIDO/AE

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (foto), assinou ontem, a indicação da nova chefe da Defensoria Pública da União (DPU): Tarcijany Linhares Aguiar Machado, atual defensora regional de direitos humanos substituta no Ceará. O órgão foi criado para proteger pessoas sem recursos financeiros para contratar um advogado e será chegado por uma mulher pela primeira vez em duas décadas.

A vaga está aberta desde janeiro, com o fim do mandato do atual chefe do órgão, Leonardo Magalhães.

O nome dele foi o mais vota-

do na lista tríplice que a categoria elaborou em setembro.

Tarcijany ficou em segundo lugar e Fabiano Caetano Prestes, de Brasília, em terceiro.

Lula não era obrigado a escolher o candidato com mais votos.

Magalhães vinha sendo apontado como favorito na disputa, mas o nome de Tarcijany se fortaleceu nas últimas semanas.

Ela teve entre os principais apoiadores o ministro da Educação, Camilo Santana, e do deputado José Guimaraes (PT-CE).

Tarcijany precisa ser aprovada em sabatina no Senado como condição para assumir o cargo.

MARCELO CAMARGO/ABRASIL



Diário do
Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tel.: (21) 99122-4278

POUCA VERGONHA

CNJ e CNMP aprovam novos penduricalhos a juízes e MP

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) aprovaram ontem uma resolução conjunta para regulamentar os pagamentos de penduricalhos a juízes e membros do Ministério Público.

A regulamentação cumpriu uma determinação do Supremo Tribunal Federal (STF) que, no mês passado, limitou o pagamento dos penduricalhos, que são os benefícios concedidos a servidores públicos e que, somados ao salário, não cumprem o teto remuneratório constitucional de R\$ 46,3 mil.

Os conselhos deveriam seguir a decisão da Corte que fixou quais benefícios podem ser pagos.

Contudo, o CNJ e o CNMP aprovaram o pagamento de auxílio-moradia e gratificação de proteção à primeira infância e à maternidade.

Pela decisão do STF, os auxílios-moradia, natalidade e creche deveriam ser extintos.

A resolução conjunta também validou as autorizações para pagamento de licença remuneratória para cursos no exterior e de gratificação por encargo de curso ou concurso que foram concedidas até o dia 30 de março, data na qual a ata do julgamento do Supremo foi publi-

cada.

Os dois benefícios também deveriam ser cortados após a decisão do STF.

JULGAMENTO

No dia 25 de março, por unanimidade, os ministros do Supremo decidiram que as indenizações adicionais, gratificações e auxílios deverão ser limitados a 35% do valor do salário dos ministros do STF, que tem o teto como referência e é equivalente a R\$ 46,3 mil.

Dessa forma, juízes, promotores e procuradores poderão ganhar pelo menos R\$ 62,5 mil mensais, somando o teto e R\$ 16,2 mil em penduricalhos.

No final de carreira, o salário

poderá chegar a R\$ 78,8 mil, com o pagamento de auxílio por tempo de serviço (ATS), que também foi limitado a 35% do teto.

RESTRICÇÕES

O CNJ informou que o pagamento do auxílio-moradia valerá somente para magistrados que estão em cargos de assessoramento em tribunais e não estão em sua lotação original.

Sobre a gratificação de proteção à primeira infância para juízes e integrantes do MP, o conselho informou que a medida “promove igualdade material e proteção social às mulheres, que ainda enfrentam desigualdades remuneratórias”.

FISCALIZAÇÃO

Polícia Federal deflagra segunda etapa da Operação Vem Diesel

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

A Polícia Federal deflagrou a segunda etapa da Operação Vem Diesel, com o objetivo de fiscalizar distribuidores e revendedores de gás de botijão – Gás Liquefeito de Petróleo (GLP). As ações de fiscalização abrangeram 24 cidades em 15 estados e no Distrito Federal.

De acordo com os investidores, 55 estabelecimentos foram fiscalizados por equipes da Agência Nacional de Petróleo (ANP) e Procons, além de policiais federais.

“As ações visam identificar práticas irregulares no aumento no preço do gás, na fixação de preços entre empresas concorrentes para controle de mercado e outras eventuais práticas abusivas que possam acarretar prejuízos para o consumidor”, detalhou a PF.

Os estabelecimentos estão localizados nos estados do Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato

Grosso do Sul, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

Irregularidades ou crimes que, porventura, venham a ser detectados serão encaminhadas à PF para a apuração. Se confirmadas as suspeitas, os responsáveis poderão ser indiciados por crimes contra a ordem tributária, econômica, bem como contra a economia popular e as relações de consumo.

PRIMEIRA ETAPA

A primeira etapa da operação foi deflagrada no dia 27 de março em 11 estados e no Distrito Federal, para averiguar postos de combustíveis suspeitos de praticarem aumentos irregulares na venda do produto.

Na oportunidade, a PF informou que as ações estavam focadas em “eventuais condutas abusivas que possam acarretar prejuízos ao consumidor.

ESPECIAL

Guerra no Oriente Médio pressiona custos, logística e exportações do agronegócio brasileiro

Escalada do confronto afeta fertilizantes, fretes e acesso a mercados, com impactos diretos na safra e no comércio exterior do Brasil

POR REDAÇÃO

O conflito entre Estados Unidos e Israel contra o Irã já provoca efeitos concretos sobre o agronegócio brasileiro, com impactos que vão do aumento dos custos de produção à incerteza nas exportações, apesar do recente cessar-fogo. A escalada militar iniciada no fim de fevereiro de 2026 elevou o risco nas cadeias globais de insumos e energia, afetando diretamente um setor que responde por parcela relevante da economia do país.

O principal canal de transmissão do conflito ocorre por meio dos fertilizantes e da energia. O Oriente Médio é responsável por cerca de 15% dos fertilizantes nitrogenados importados pelo Brasil, e uma parcela significativa da ureia global passa por rotas marítimas da região. Interrupções logísticas, especialmente no Estreito de Ormuz, ampliam os custos e colocam em risco o abastecimento desses insumos essenciais para a safra.

Dados do Ministério da Agricultura indicam que até 41% das importações brasileiras de ureia passam por áreas afetadas pela tensão geopolítica. Além disso, quase metade dos embarques globais do produto utiliza essa rota estratégica, o que aumenta a sensibilidade dos preços internacionais a qualquer instabilidade.

Segundo análise do Inspere Agro Global, os efeitos do conflito vão além do fornecimento de insumos. Em relatório recente, pesquisadores apontam que “entraves logísticos e energéticos podem afetar o acesso aos mercados do Oriente Médio e elevar custos de produção”, indicando um cenário de pressão simultânea sobre oferta e demanda.

No campo logístico, o aumento do risco na região já impacta o transporte marítimo. O encarecimento dos seguros e dos fretes afeta o escoamento de commodities como soja e milho. Em paralelo, a alta do petróleo — impulsionada pelas tensões — tende a elevar o preço do diesel, com efeito direto sobre o transporte interno no Brasil. Em cenários de alta mais intensa, o custo do frete pode subir entre 15% e 20%, reduzindo as margens dos produtores.

Pressão sobre exportações e mercados estratégicos

O Oriente Médio também é um destino relevante para produtos do agronegócio brasileiro. O Irã, por exemplo, respondeu por cerca de 20% das exportações brasileiras de milho em 2025, o que expõe o setor ao risco de cancelamentos de contratos e redirecionamento de cargas. A instabilidade pode afetar ainda vendas de carnes e açúcar para países da região, que funcionam como hubs comerciais.

Para especialistas, o cenário exige adaptação. Em nota técnica, analistas destacam que a crise reforça a necessidade de diversificação de mercados e fornecedores, além de estratégias de proteção cambial e antecipação de compras de insumos.

Há, no entanto, efeitos indiretos que podem beneficiar parte do setor. A elevação dos preços internacionais de alimentos, em um contexto de restrições logísticas globais, pode favorecer exportadores brasileiros, desde que consigam manter competitividade e acesso aos mercados. Ainda assim, a volatilidade tende a prevalecer no curto prazo.

A experiência recente de choques geopolíticos, como a guerra na Ucrânia, mostra que conflitos desse tipo costumam provocar alta nos preços agrícolas e desorganização nas cadeias de suprimentos globais. No caso atual, a dependência brasileira de insumos importados amplia a exposição do país às oscilações externas.

Com isso, o agronegócio brasileiro entra em um período de maior incerteza, em que decisões sobre compra de insumos, logística e comercialização passam a depender de variáveis geopolíticas. A evolução do conflito e eventuais restrições no comércio internacional serão determinantes para o desempenho da safra 2026/2027 e para o resultado das exportações do setor.

EXPLORAÇÃO

Indígenas levam a Itamaraty proposta de áreas livres de petróleo

LUIZ CLÁUDIO FERREIRA/ABRASIL

Lideranças indígenas presentes no Acampamento Terra Livre, em Brasília, entregaram, ontem, a representantes do Ministério das Relações Exteriores um documento que propõe a criação de zonas livres de exploração de petróleo e gás. Os líderes também defendem que os territórios indígenas devem estar no centro da estratégia climática global.

Essas “Zonas Livres de Combustíveis Fósseis (FFZs)”, segundo os indígenas, seriam áreas proibidas para exploração em regiões de alta relevância ecológica e cultural.

A iniciativa reúne recomendações para um “mapa do caminho global”, que foi proposta pelo governo brasileiro na última COP 30, mas sem consenso. “Não há transição energética justa sem a garantia dos nossos territórios”, afirmou o coordenador executivo da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), Dinamam Tuxá.

Segundo Tuxá argumentou, a demarcação e a proteção das terras indígenas são medidas concretas de enfrentamento à crise climática.

“Quando o mundo ignora isso, escolhe manter um modelo que destrói a vida. Reconhecer o protagonismo indígena abre caminho para um futuro mais equilibrado, diverso e verdadeiramente sustentável”.

MUDANÇAS

Desde o último domingo, o Acampamento Terra Livre reúne, em Brasília, segundo os organizadores, cerca de 8 mil pessoas. De acordo com a Apib, o documento quer in-

fluenciar negociações internacionais e contribuir para a construção de um novo paradigma de desenvolvimento.

“Enfrentar a crise climática exige não apenas mudanças tecnológicas, mas também uma redefinição profunda das relações entre economia, território e direitos”, afirmou a entidade em nota.

O documento pede fim imediato da abertura de novos campos de petróleo, gás e carvão, além da criação de um acordo global vinculante para a eliminação progressiva dos combustíveis fósseis.

“A crise climática já afeta a produção de alimentos, a saúde, a economia e a segurança das nações. O custo da inação cresce a cada dia”, ressalta a entidade. Para os indígenas, é fundamental o reconhecimento dos territórios como áreas prioritárias para a proteção climática e da biodiversidade.

EXPERIÊNCIAS

A Apib argumenta que a iniciativa tem consonância com experiências internacionais, como a decisão do Equador de encerrar a exploração no Parque Nacional Yasuni e restrições adotadas em outros países da América Latina.

A proposta também enfatiza que uma transição energética justa depende do reconhecimento pleno dos direitos dos povos indígenas, incluindo o direito à consulta livre, prévia e informada (CLPI).

Dados apresentados no documento mostram que territórios indígenas têm taxas significativamente menores de desmatamento e desempenham papel central na proteção de ecossistemas e na estabilidade climática global.

Nota

PROFESSORES ESTADUAIS E MUNICIPAIS DO RIO FAZEM PARALISAÇÃO DE 24H

Professores e funcionários administrativos das redes de educação municipal e estadual do Rio de Janeiro realizaram ontem uma paralisação de 24 horas para cobrar recomposição salarial e melhorias nas condições de trabalho. Segundo a coordenadora do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro, Helenita Beserra, a categoria da rede estadual decidiu, em assembleia, voltar a se reunir no dia 5 de maio para avaliar a entrada em estado de greve. Após o encontro, houve um ato em frente à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj). Já os profissionais da rede municipal definiram uma nova assembleia para o dia 16 de maio.

ESPECIAL



ABRASIL

MANDATO-TAMPÃO

STF forma placar de 4 a 1 para eleições indiretas no Rio

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou ontem placar de 4 votos a 1 para a realização de eleições indiretas para o mandato-tampão de governador do Rio de Janeiro.

Apesar do entendimento parcial formado, o julgamento foi suspenso por um pedido de vista feito pelo ministro Flávio Dino. Não há data para retomada da análise do caso.

Com a suspensão, o presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), Ricardo Couto de Castro, continuará exercendo interinamente o cargo de governador do estado.

O Supremo julga uma ação na qual o diretório estadual do PSD defende a realização de eleições diretas para o comando interino do estado.

VOTOS

O julgamento começou na sessão de quarta-feira. Primeiro a votar, o ministro Cristiano Zanin, relator do caso, votou pela realização de eleições diretas, ou seja, com o eleitor votando na urna eletrônica.

No entendimento do ministro, a renúncia do ex-governador Cláudio Castro para disputar uma vaga do Senado, no dia anterior ao julgamento que o condenou no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), foi uma "tentativa de burla" para evitar a convocação de eleições populares.

Em seguida, Luiz Fux votou pela votação indireta, que ocorre por meio da deliberação dos deputados da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj).

Na sessão de ontem, o ministro Flávio Dino pediu vista do processo. O ministro disse que pretende esperar a publicação do acórdão do julgamento do TSE que condenou o Castro à inelegibilidade para proferir seu voto.

MINISTROS DO TSE

Diante da suspensão da votação, os ministros André Mendonça, Nunes Marques e Cármen Lúcia, que também fazem parte do TSE, anteciparam seus votos e se manifestaram pela realização de eleições indiretas.

Mendonça disse que não houve desvio de finalidade na renúncia de Castro para concorrer ao Senado.

"Entendo não ser possível deduzir-se que o ato unilateral de renúncia ocorreu como burla ao julgamento que se avizinhava", afirmou.

Nunes Marques disse que a renúncia de Castro ocorreu para cumprir o prazo de desincompatibilização. Dessa

forma, eleições indiretas devem ser realizadas.

"Não me parece razoável, em um intervalo de poucos meses antes, às vésperas das eleições gerais de outubro, se promova eleição suplementar para os cargos de governador e vice, seguido no novo pleito para os mesmos cargos", justificou.

Cármen Lúcia disse que ninguém desconhece a situação grave do Rio, que, segundo ela, vive um quadro de "desinstitucionalização".

"O povo do Rio de Janeiro merece o direito a um governo honesto, o direito à decência, à ética, que é ínsita a qualquer estado democrático", completou.

ENTENDA

A eleição para o mandato-tampão deverá ser realizada porque a linha sucessória do estado está desfalcada.

No dia 23 de março, o ex-governador Cláudio Castro foi condenado à inelegibilidade pelo TSE. Em função da condenação, o tribunal determinou a realização de eleições indiretas para o mandato-tampão.

Contudo, o PSD recorreu ao Supremo e defendeu eleições diretas. No dia anterior ao julgamento, Castro renunciou ao mandato para cumprir o prazo de desincompatibilização para se candidatar ao Senado. Ele poderia deixar o cargo até o dia 4 de abril.

A medida foi vista como uma manobra para forçar a realização de eleições indiretas, e não diretas. Com a renúncia, o ex-governador poderia ter influência na eleição indireta de um aliado para o governo interino. O pleito direto poderia favorecer Eduardo Paes, do PSD, pré-candidato ao governo do Rio.

O ex-vice-governador Thiago Pampolha deixou o cargo, em 2025, para assumir uma vaga no Tribunal de Contas do estado. Desde então, o estado não tem vice-governador.

O próximo na linha sucessória seria o presidente da Alerj, o deputado estadual Rodrigo Bacellar. No entanto, o parlamentar foi cassado na mesma decisão do TSE que condenou Castro e já deixou o cargo.

Antes da decisão, Bacellar também foi afastado da presidência da Casa por decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). Ele é investigado no caso que envolve o ex-deputado TH Joias.

Atualmente, o presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), Ricardo Couto de Castro, exerce interinamente o cargo de governador do estado.

GUERRA NO ORIENTE

Multidões no Irã marcam 40º dia da morte de Ali Khamenei

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

Multidões de manifestantes foram as ruas em diversas cidades do Irã, ontem, para marcar o 40º dia do assassinato do líder Supremo da República Islâmica, Seyyed Ali Khamenei (foto), morto por bombardeio de Israel e Estados Unidos (EUA) no primeiro dia da guerra.

Os veículos de imprensa iranianos fizeram uma extensa cobertura dos atos, mostrando o apoio popular ao regime político combatido pelas potências ocidentais. Também foram homenageados os altos dirigentes políticos e militares mortos nos quase 40 dias do conflito, além das 168 meninas mortas no ataque à escola de Minab.

"A procissão fúnebre começou na manhã de quinta-feira, com os participantes marchando da Praça Jomhuri até o local onde o aiatolá Khamenei foi assassinado", informou a mídia estatal Press TV, acrescentando que as homenagens ocorrem em centenas de cidades do país.

A cerimônia em Teerã foi até a noite. Em vídeos publicados pelas emissoras locais, é possível ver milhares de pessoas em marcha em diferentes cidades, segurando bandeiras do Irã e imagens das principais lideranças e também das crianças mortas no ataque a escola.

APOIO AO REGIME

O antropólogo Paulo Hilu, coordenador do Núcleo de Estudos do Oriente Médio da Universidade Federal Fluminense (UFF), destacou à Agência Brasil que, apesar de haver uma oposição importante à República Islâmica, existem setores que apoiam o regime.

"Existe uma base de sustentação da República Islâmica na sociedade. São setores que são ideologicamente ou politicamente, ou por interesses pessoais, ligados à manutenção da República Islâmica. Não se trata de uma unanimidade, é uma sociedade dividida", disse.

Ainda segundo o especialista, a agressão contra o Irã tem feito



WIKIPÉDIA

LÍDER SUPREMO

No Irã, o Líder Supremo é eleito pela Assembleia dos Especialistas (ou dos Peritos), formada por 88 clérigos religiosos escolhidos por voto popular. Apesar do cargo ser vitalício, a Constituição do Irã permite que a Assembleia destitua o Líder Supremo.

No cargo de líder supremo por 36 anos, Ali Khamenei estava no topo da estrutura de Poder da República Islâmica do Irã que, além do Executivo, do Parlamento e do Judiciário, conta com o Conselho dos Guardiões, formado por seis indicados pelo Líder Supremo e seis indicados pelo Parlamento.

O Líder Supremo funciona como uma espécie de Poder Moderador no Irã. As Forças Armadas são diretamente ligadas a ele, e não ao Executivo.

A República Islâmica do Irã foi instalada em 1979, após uma revolução que pôs fim a 54 anos da dinastia Pahlavi, derrubando o monarca Reza Pahlavi, aliado próximo das potências ocidentais, dando início às atuais hostilidades entre EUA e Irã.

Ormuz continua fechado, com passagem limitada e mais de 400 navios encalhados

O Estreito de Ormuz ainda não foi reaberto, embora esse fosse um termo chave do cessar-fogo de duas semanas entre EUA, Israel e o Irã. Na quarta-feira passada, apenas cinco navios passaram pela via navegável crítica, de acordo com a S&P Market Intelligence. Apenas um, o TOUR 2

com bandeira iraniana, era um petroleiro. Os outros eram navios de carga geral e a granel.

Ontem, apenas um navio-tanque de gás natural liquefeito estava se movendo pelo estreito, com outros 14 "encalhados no Golfo", de acordo com o serviço de rastreamento de navios

Kpler. "O ambiente operacional no Estreito, portanto, permanece inalterado, com passagens permissivas continuando sob as mesmas condições de antes", de acordo com o serviço de dados MarineTraffic da Kpler.

Mais de 400 embarcações permanecem "efetivamente en-

calhadas" na região, disse a empresa de rastreamento de embarcações MarineTraffic na quarta-feira.

O Irã informou aos mediadores que limitará o número de navios passando para cerca de uma dúzia por dia e cobrará pedágios.

Mojtaba Khamenei diz que Irã não busca guerra e promete nova fase para Ormuz

PEDRO LIMA/AE

O líder supremo do Irã, aiatolá Mojtaba Khamenei, afirmou que Teerã não busca guerra, mas tampouco abrirá mão de seus "direitos legítimos", em mensagem divulgada via texto ontem, em meio às tensões no Oriente Médio.

Khamenei reiterou que o país exigirá compensação de Estados Unidos e Israel pelos danos causados em território iraniano durante os recentes confrontos. "Certamente cobraremos a reparação de cada prejuízo e o san-

gue de nossos mártires", disse, ao mencionar também indenizações a feridos e vítimas da guerra.

O líder indicou ainda uma postura mais assertiva sobre o Estreito de Ormuz, uma das principais rotas globais de petróleo. "A gestão do Estreito será levada a uma nova fase", afirmou, sem detalhar medidas concretas, em declaração que sugere possível mudança na forma de controle ou monitoramento da passagem estratégica.

No cenário doméstico, o aiatolá destacou o papel da mobilização popular como elemento

de pressão nas negociações. Segundo ele, a presença contínua de cidadãos nas ruas, mesquitas e espaços públicos tem impacto direto sobre o processo diplomático. "Os gritos do povo nas ruas são eficazes nos resultados das negociações", afirmou, acrescentando que a participação popular fortalece a posição do país tanto na mesa de diálogo quanto no campo de confronto.

Khamenei também dirigiu recados a países vizinhos, especialmente do Golfo, ao afirmar que essas nações devem escolher "o lado correto". Segundo

ele, Teerã ainda aguarda uma resposta considerada adequada desses governos para demonstrar "boa vontade e fraternidade", criticando a influência de potências externas na região e alertando que aliados dos EUA podem ser alvo de exploração e pressão.

O líder ainda indicou que, mesmo em um eventual período de redução das hostilidades militares, a atuação da população deve continuar, sugerindo que a pressão interna é vista como componente central da estratégia iraniana.

Fux diz que escândalos de corrupção não estão concentrados no Rio

ANDRÉ RICHTER / ABRASIL

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou ontem que os escândalos de corrupção não estão concentrados no Rio de Janeiro.

Fux, que é carioca, se manifestou durante o julgamento no qual a Corte discute se as eleições para mandato-tampão de governador do estado serão diretas ou indiretas.

O ministro disse que o quadro de corrupção da política não pode ser generalizado.

"Há bons políticos no Rio, que representam o estado na Câmara dos Deputados. Se esses políticos tiverem que ir para o inferno, eles vão acompanhado de altas autoridades", afirmou.

Sem citar nomes, Fux também rebateu falas de colegas da Corte sobre a questão.

"Essa perplexidade não seria tão grande se colegas tivessem participado do julgamento do mensalão, da Lava Jato, desse julgamento do INSS [fraudes] e do Banco Master, porque os escândalos não são concentrados no estado do Rio", disse.

Durante o julgamento, ao justificar pedido de vista, o ministro Flávio Dino citou que diversos governadores, deputados e membros do Tribunal de Contas foram presos nos últimos anos por corrupção.

"Qual outro estado que acontece isso? Não dá para julgar burocraticamente aqui, porque isso foi assentado pelo TSE. Quem sublinhou a gravidade foi o TSE", afirmou Dino, ao citar a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que condenou o ex-governador do Rio de Janeiro Cláudio Castro à inelegibilidade.

THAIS PORSCH/AE

Países europeus se comprometeram a ajudar os Estados Unidos a liberar o Estreito de Ormuz, caso necessário, com a rota estratégica ainda interdita pelo Irã. O secretário-geral da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), Mark Rutte (foto), confirmou ontem que a aliança está disposta a desempenhar um papel em uma eventual missão no estreito.

O primeiro-ministro alemão, Friedrich Merz, disse ao presidente americano, Donald Trump, que a Alemanha apoiaria uma missão para garantir as rotas marítimas, mas que primeiro precisaria de um mandato internacional, segundo a Bloomberg. Merz comentou a repórteres que tal mandato idealmente viria do Conselho de Segurança das Nações Uni-



RICARDO STUCKERT/IPR

das. A Rússia, contudo, é um membro permanente do conselho e tem poder de veto sobre as resoluções.

Já o presidente francês, Emmanuel Macron, frisou na quarta-feira que mais de 15 nações estão trabalhando para ajudar a

reabrir Ormuz. Liderada pela França, a iniciativa inclui países da Ásia, Europa e Oriente Médio.

"Cerca de 15 países estão atualmente mobilizados e participando do planejamento, liderado pela França, para permitir a implementação de uma mis-

são estritamente defensiva em coordenação com o Irã, quando as condições forem adequadas, para facilitar a retomada do tráfego marítimo", pontuou.

Trump, em paralelo, voltou a criticar a Otan na Truth Social, alegando que a organização só tem ação se pressão é colocada sobre ela.

Rutte informou alguns países aliados que o republicano quer compromissos concretos nos próximos dias para ajudar a garantir o fluxo do Estreito de Ormuz, disseram três diplomatas europeus à Reuters.

"O secretário-geral está em contato com os aliados sobre suas discussões em Washington", disse a porta-voz da Otan, Allison Hart. "Está claro que os EUA esperam compromissos concretos e ação para garantir a liberdade de navegação no estreito", acrescentou.